

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

O “Espaço” No Livro Didático De Geografia: uma análise crítica

NATHAN LACERDA PENA

São Paulo

2025

NATHAN LACERDA PENA

O “Espaço” No Livro Didático De Geografia: uma análise crítica

Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dra Ana Fani Alessandri Carlos

São Paulo

2025

FICHA

CATALOGRÁFICA

PENA, Nathan Lacerda. **O “Espaço” No Livro Didático De Geografia:** uma análise crítica. Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.	Dr.	_____	Instituição	_____
Julgamento		_____	Assinatura	_____

Prof.	Dr.	_____	Instituição	_____
Julgamento		_____	Assinatura	_____

Prof.	Dr.	_____	Instituição	_____
Julgamento		_____	Assinatura	_____

À Santíssima Virgem Maria

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Ana Fani Alessandri Carlos pela orientação, escuta e pela generosidade em me acolher como orientando.

Aos professores do Departamento de Geografia e aos colegas do grupo de colóquio, em especial Eduardo e Gabriel.

Aos amigos da graduação com destaque para Caio, Ana Beatriz, Nicole e Vinicius.

Aos colegas da EMEF Remo Rinaldi Naddeo, por compreenderem minha rotina e me apoiarem nos momentos em que precisei estar na universidade.

Aos amigos do Morro Doce, José Paulo, Matheus, Gabriel, Thiago, João Paulo, Leo e Arthur.

A minha namorada Caroline, por todo amor, parceria e companheirismo.

A minha família, meus irmãos Daiane e Igor, meu cunhado Henrique, meu pai Mauriso e especialmente minha mãe Eliene, por acreditar em mim e tornar possível minha entrada na universidade pública. E ao meu sobrinho Pedro, que chegou há poucos meses e já mudou tudo para melhor.

RESUMO

PENA, Nathan Lacerda. **O “Espaço” No Livro Didático De Geografia:** uma análise crítica
Trabalho de Graduação Integrado (TGI) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,
Universidade de São Paulo, São Paulo 2025,

Esta pesquisa tem como objetivo investigar como a categoria "espaço" é analisada numa coleção de livros didáticos do ensino fundamental II. Busca-se compreender quais perspectivas geográficas estão sendo reproduzidas e, por consequência, influenciando a formação do pensamento geográfico dos alunos na educação básica. A temática do espaço será o eixo central da investigação, por sua relevância na potencialização da Geografia enquanto disciplina capaz de compreender o mundo em que vivemos. Ao colocar o espaço no centro da análise, propõe-se superar uma abordagem meramente descritiva ou quantitativa, na qual a Geografia é reduzida a dados populacionais ou censitários. Em vez disso, visa-se destacar o papel da Geografia escolar como ferramenta para compreender a vida cotidiana iluminando as contradições socioespaciais da sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Geografia crítica; Ensino de Geografia; Espaço; Educação.

ABSTRACT

PENA, Nathan Lacerda. *“Space” in Geography Textbooks: a critical analysis.* Undergraduate Graduation Project (TGI), Faculty of Philosophy, Languages and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2025.

This research aims to investigate how the category of "space" is addressed in a Geography textbook collection for lower secondary education. It seeks to understand which geographical perspectives are being reproduced and, consequently, how they influence the development of geographical thinking among students in basic education. The concept of space is placed at the core of the investigation due to its relevance in enhancing Geography as a discipline capable of interpreting the world we live in. By centering the analysis on space, this study intends to go beyond a merely descriptive or quantitative approach, in which Geography is reduced to demographic or census data. Instead, it emphasizes the role of school Geography as a tool for understanding everyday life and for shedding light on the socio-spatial contradictions of contemporary society.

Keywords: Critical Geography; Geography Teaching; Space; Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Representação artística da transformação da paisagem ao longo do tempo.	23
Figura 2 – Mundialização econômica e globalização	25
Figura 3 – Representação das relações entre lugares no cotidiano	30
Figura 4 – Paisagens culturais: hidrelétrica e ponte como elementos humanizados da paisagem.	35
Figura 5 – Paisagens que representam marcas da formação territorial brasileira no século XXI.	44
Figura 6 – Processo de industrialização do Sudeste	50
Figura 7 – Segregação urbana e gentrificação nas grandes cidades latino-americanas.	56
Figura 8 – Correntes do pensamento ambiental: ecodesenvolvimentismo, preservacionismo e ecocapitalismo.	62

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2 Espaço e a Geografia Crítica	15
2.1 O Conceito de Espaço na Geografia Crítica: entre Milton Santos e Ana Fani Alessandri Carlos	16
3 ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO	21
3.1 O Conceito de Espaço	22
3.2 O Espaço nos Conteúdos dos Livros Didáticos	27
3.2.1 Livro do 6º ano: cotidiano, lugar e paisagem	28
3.2.2 Livro do 7º ano: migrações, economia e urbanização	38
3.2.3 Livro do 8º ano: território, conflitos e América Latina	52
3.2.4 Livro do 9º ano: Consumo, técnica e crise ambiental	57
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	67

1. INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho surge, em parte, das reflexões e questionamentos que a categoria "espaço" provocou ao longo da minha trajetória na Geografia. Durante a graduação, tive contato com diversas teorias e abordagens que exploram a complexidade desse conceito, sendo especialmente influenciado pelas contribuições de autores como Ana Fani Alessandri Carlos e Milton Santos, que o abordam sob diferentes perspectivas. Essas diferenciações teóricas despertaram meu interesse em compreender de que maneira o conceito de espaço é apresentado nos livros didáticos, especialmente no contexto do ensino fundamental, levando-me a investigar suas representações e os possíveis impactos que exercem na formação do pensamento geográfico dos alunos.

Partiremos nesta pesquisa de uma abordagem crítica da geografia, entendendo o espaço como meio produto e condição da existência humana (CARLOS, 1987). Nesse sentido, enxergamos que a geografia, a partir do espaço, detém a potência de criar nos indivíduos e na sociedade uma consciência ativa em relação ao vivido; isto porque as relações sociais se realizam no espaço e concomitantemente o produzem:

Ao mesmo tempo, a produção do espaço envolve vários níveis da realidade que se apresentam como momentos diferenciados da reprodução geral da sociedade; aquele da dominação política, das estratégias do capital objetivando sua reprodução continuada, e aquela das necessidades/desejos vinculados à realização da vida humana em sociedade. Esses níveis correspondem a uma prática socioespacial real que se revela produtora dos lugares, e que encerra em sua natureza um conteúdo social dado pelas relações sociais que se realizam em espaços-tempos determinados. Isso ocorre porque as relações sociais se realizam concretamente no espaço, o que significa dizer que o homem, ao produzir sua vida, o faz no espaço e produzindo um espaço que é próprio a cada atividade enquanto ação sustentadora e definidora da vida humana realizando-se em espaços-tempos apropriados. Assim se revela uma prática social que é e se realiza espacial e temporalmente. (CARLOS, 2018, p12)

Ao considerar o espaço como meio, produto e condição da existência humana, torna-se evidente que sua produção não ocorre de forma isolada, mas é entrelaçada às práticas sociais e econômicas que sustentam e transformam a sociedade. Como aponta Carlos (2018), essa produção envolve dimensões que vão desde a dominação política e estratégias do capital até os desejos e necessidades humanas vinculados à vida em sociedade. Esse processo revela uma prática socioespacial concreta, em que o espaço emerge como lugar da atividade social

configurando as relações sociais, configurando-se como elemento central para compreender a dinâmica da vida humana em sua espacialidade e temporalidade.

Nossa hipótese é que a leitura geográfica do espaço permite revelar as contradições socioespaciais inerentes à sociedade capitalista, como a desigualdade, que vem da concentração de renda, da mercantilização do espaço e da exclusão do acesso ao urbano, entre outras questões. Com base nesse entendimento, destacamos a importância de um ensino de geografia, capaz de estimular nos estudantes uma consciência reflexiva sobre essas dinâmicas e promover uma compreensão mais aprofundada da realidade social e espacial.

A coleção “Conexões e Vivências” dos autores Levon Boligian¹ e Andressa Alves², publicada pela Editora do Brasil, será utilizada como base para esta pesquisa. Essa coleção foi gentilmente cedida pela coordenação pedagógica de uma escola municipal de São Paulo.

Os livros didáticos analisados no presente estudo correspondem às turmas de fundamental II (6º, 7º, 8º e 9º anos). A escolha dos livros fundamental II como objeto de estudo, vincula-se ao fato de ser o momento inicial em que o aluno tem contato com a disciplina de geografia de maneira específica, com professor próprio. Nos anos iniciais do ensino básico - tanto pré escola quanto Fundamental I - a geografia está presente nos conteúdos, contudo, se realiza de maneira introdutória, a fim - entre diversos outros objetivos - de preparar os alunos para este contato específico que se inicia, de fato, no fundamental II.

A análise dos livros didáticos, portanto, busca não apenas identificar como o espaço e outras categorias geográficas são abordados nos conteúdos, mas também explorar como essas representações podem influenciar a formação de uma visão de mundo nos educandos. O modo como os conceitos são apresentados nos materiais didáticos pode, potencialmente, reforçar visões mais passivas ou estimular uma compreensão crítica e ativa da realidade. Nesse sentido, o ensino de Geografia se torna um instrumento relevante para a leitura das

¹ Licenciado em geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutor em Ensino de Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Professor do Instituto Federal Catarinense (IFC)

² Bacharel e licenciada em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Especialista em gestão ambiental pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

contradições do mundo contemporâneo. Tal perspectiva leva à reflexão sobre a importância de um ensino que procure ir além da mera reprodução de conteúdos.

O ensino de uma geografia chamada de “tradicional” pode levar a uma visão do mundo como um “palco”, em que o educando ocupa o papel de um espectador passivo diante da realidade, enquanto outra possa fazê-lo pensar o espaço como produção social da qual ele pode fazer parte. Considerando isso, a presente pesquisa busca identificar, na coleção analisada, como o espaço é apresentado, levando em conta também outras categorias fundamentais da Geografia, como paisagem, região e lugar, associadas ao tema espacial. Mais do que identificar como esses conceitos são apresentados, interessa-nos refletir sobre os impactos dessa abordagem na formação do pensamento geográfico dos estudantes. Nesse contexto, torna-se relevante considerar as reflexões propostas por Marília Luiza Peluso³, que problematiza as práticas tradicionais do ensino de Geografia, marcadas por abordagens descritivas e fragmentadas. Para a autora, é necessário pensar uma nova relação entre o conceito de espaço e o processo pedagógico, em que os conteúdos sejam articulados com a realidade concreta dos alunos, favorecendo um ensino dialógico e comprometido com a formação cidadã. Sobre essa possibilidade de transformação nas práticas educativas, Peluso afirma:

Quando o espaço é trazido para o interior da sociedade, as práticas do processo de ensino/aprendizagem em Geografia tornam-se outras. Não cabem mais metodologias descritivas, em que o professor repassa um rol de informações sem conexão com a realidade, que o aluno memoriza e rapidamente esquece. A Geografia renovada no Ensino Fundamental é ciência de diálogo e de debate. Se a escola passou a dialogar com o mundo e com as outras disciplinas, o diálogo com o aluno é, igualmente, fundamental. Não cabem mais perguntas do tipo “o que é população”, “o que é clima”, próprias de um ensino tradicional, mas perguntas nas quais os alunos possam situar-se e posicionar-se criativamente e desenvolver a linguagem e a escrita. É um processo de ensino/aprendizagem voltado para a prática da cidadania, para formar um aluno cidadão que, por intermédio da leitura geográfica da realidade, reflita sobre ela e atue sobre o meio em que vive. (PELUSO, 2006, p 138)

Alinhando-se à perspectiva de Peluso (2006), compreendemos que o ensino de Geografia deve ir além das metodologias descritivas tradicionais, promovendo um diálogo significativo entre aluno, professor e a realidade vivida pelos estudantes. Essa proposta pedagógica pressupõe que a sala de aula se transforme num espaço aberto para o debate, onde

³ pesquisador colaborador sênior da Universidade de Brasília. Membro da equipe de avaliação do PNLD 1999. Adjunta de coordenação da avaliação do PNLD 2001. Membro da equipe técnica do MEC nos PNLDs de 2002 e 2004

os estudantes possam refletir sobre suas próprias experiências cotidianas, relacionando-as às dinâmicas socioespaciais mais amplas, tanto locais quanto globais. Ao fomentar perguntas que ultrapassem as definições conceituais isoladas, a prática docente pode estimular os alunos a perceberem-se como sujeitos ativos, capazes de posicionar-se frente às questões que afetam suas vidas.

Nesse sentido, o papel do ensino da Geografia na formação para a cidadania pode ser entendido como o desenvolvimento de competências necessárias para que os estudantes sejam capazes de exercer seus direitos e reconhecer seus deveres na sociedade e serem atuantes na sociedade. Conforme destacado por De La Fuente (2022), a Geografia tem potencial para capacitar os estudantes em leituras críticas da realidade, estimulando sua participação ativa e consciente na construção social, econômica e política dos espaços em que vivem. Essa prática docente, segundo De La Fuente é fundamental para que os jovens compreendam que cidadania não se limita a direitos políticos formais, mas inclui o exercício consciente da participação social, reconhecendo as desigualdades e injustiças presentes no espaço e compreendendo as razões históricas, econômicas, políticas e sociais que produzem e mantêm essas condições.

Ademais, Milton Santos (2011) enfatiza que o exercício pleno da cidadania está diretamente vinculado à compreensão do espaço vivido como uma construção social, resultante de relações humanas mediadas por interesses econômicos, políticos e sociais. Desse modo, ao trazer para o debate em sala de aula questões que estão presentes no cotidiano dos estudantes e problematizar as diferentes formas pelas quais eles vivenciam, utilizam e se relacionam com o espaço produzido pela sociedade, o ensino de Geografia pode contribuir para a construção de uma cidadania consciente e transformadora. Essa abordagem permite que os alunos desenvolvam consciência sobre o papel das relações sociais na produção dos espaços onde vivem, além de compreenderem como essas estruturas espaciais influenciam suas próprias experiências e oportunidades. Tal perspectiva favorece, assim, uma participação cidadã mais consciente e efetiva, voltada à reflexão crítica e à atuação sobre a realidade social que os cerca.

Assim se faz necessário analisar o conteúdo teórico presente na coleção, isto é, como o espaço aparece como categoria de análise em seus conteúdos, como também observar a forma como ele é apresentado. Historicamente, os livros de Geografia têm trazido certezas absolutas em seus textos, naturalizando conceitos e reforçando o senso comum, sem estabelecer um diálogo crítico com a experiência cotidiana dos estudantes (OLIVA, 2006). Por outro lado certos conteúdos da disciplina aparecem de forma superficial assemelhando-se a um guia turístico ou ainda onde a linguagem utilizada, assume, por vezes, um tom jornalístico. Também será analisado a ocorrência da naturalização do espaço, a utilização de termos como "meio ambiente" - frequentemente utilizado como substituto de "natureza" -, a abordagem do turismo, o uso do termo "espaço geográfico", e outros conceitos que, frequentemente, carecem de contextualização ou aprofundamento conceitual mais claro.

Embora esta pesquisa não restrinja o ensino de Geografia ao livro didático, reconhecemos sua importância como ferramenta central na democratização do conhecimento. É imprescindível, portanto, que esses materiais acompanhem os avanços da ciência e incorporem renovações teórico-metodológicas, alinhando-se a práticas pedagógicas que favoreçam a leitura crítica da realidade. É nesse contexto que Peluso (2006) ressalta a necessidade de um material que incorpore avanços teóricos e metodológicos, promova a prática da cidadania e evite erros conceituais.

Como pressuposto considera-se que, para cumprir bem sua função, o livro didático de Geografia deve incorporar as renovações teórico- metodológicas da área, apresentar-se isento de erros conceituais e de informação e voltar os conteúdos e atividades para a prática da cidadania, por intermédio da leitura geográfica da realidade. (PELUSO, 2006, p128)

Para Peluso (2006), é essencial avaliar até que ponto os livros didáticos incorporam as inovações teórico-metodológicas da Geografia. Suas reflexões apontam para a importância de considerar que a qualidade desses materiais de ensino não deve ser medida apenas pela ausência de erros conceituais ou pela organização didática dos conteúdos, mas também pela sua capacidade de promover a leitura crítica da realidade e estimular a prática da cidadania. Nesse sentido, parece pertinente considerar essa perspectiva, uma vez que a abordagem dos livros didáticos pode influenciar significativamente a formação do pensamento geográfico dos estudantes. Nesse sentido, se o livro didático é um instrumento fundamental no ensino de Geografia, sua abordagem não deve se restringir a uma visão descritiva e estática do espaço,

mas sim proporcionar aos estudantes ferramentas analíticas que lhes permitam compreender a produção e reprodução das relações socioespaciais, desvendando, assim os lugares onde vivem. Dessa forma, a análise crítica desses materiais não é apenas uma questão pedagógica, como também política, pois influencia diretamente na formação de sujeitos capazes de interpretar e transformar a sociedade na qual vivem..

Por último, argumentamos que a análise crítica do livro didático tem a potencialidade de representar uma defesa de um ensino público de qualidade e de uma Geografia comprometida em pensar o mundo em sua totalidade, “voltando-se para a compreensão da realização da vida, concretamente, através da produção do espaço” (Carlos, 2011). Assim, buscamos analisar como a linguagem e a construção teórica dos volumes da coleção Conexões e Vivências (Ensino Fundamental II) orientam a leitura geográfica do espaço. Para tanto, a investigação será conduzida por meio da análise dos livros didáticos e da revisão bibliográfica sobre o conceito de espaço na Geografia.

2 Espaço e a Geografia Crítica

O conceito de espaço tem sido abordado de diferentes formas ao longo da história da geografia. Até a segunda metade do século XX, prevaleceram concepções associadas à Geografia Tradicional, que compreendiam o espaço como um palco das atividades humanas, isto é, um meio físico estático onde os fenômenos naturais e sociais ocorriam de maneira relativamente independente. Essa abordagem enfatizava a localização das atividades humanas no território, sem necessariamente problematizar os processos que estruturam essa organização (Carlos, 1987, p 33).

A partir desse período, essa abordagem passou a ser amplamente questionada, especialmente com o fortalecimento das correntes críticas na geografia. A Geografia Crítica propôs uma leitura que ultrapassa a simples descrição dos fenômenos espaciais, direcionando-se para a compreensão das contradições que estruturam a produção do espaço. Essa perspectiva parte do reconhecimento de que a sociedade não é homogênea, mas atravessada por relações de poder e disputas que influenciam diretamente a configuração espacial (VERDI, 2016, p 22). Nesse sentido, VERDI (2016) destaca que essa nova construção do entendimento do espaço, concebido em sua relação dialética com a sociedade, constitui uma ruptura metodológica em relação às abordagens anteriores na ciência geográfica. Essa mudança implica não apenas um novo olhar sobre o espaço, mas também uma transformação na maneira como ele é analisado, incorporando dimensões sociais, políticas e econômicas.

Diante desse cenário, este capítulo busca apresentar algumas discussões sobre o conceito de espaço a partir da Geografia Crítica, destacando as contribuições de Milton Santos e Ana Fani Alessandri Carlos para o entendimento da dinâmica espacial. Essas abordagens fornecem elementos importantes para refletir sobre as implicações do conceito de espaço no ensino de Geografia, especialmente na formação crítica e cidadã dos estudantes. Tal fundamentação teórica servirá como referência para a análise da coleção didática "Conexões e Vivências", realizada no capítulo seguinte.

2.1 O Conceito de Espaço na Geografia Crítica: entre Milton Santos e Ana Fani Alessandri Carlos

A Geografia Crítica rompe com a visão do espaço como um mero suporte para as atividades humanas e propõe uma abordagem que o compreende como um elemento dinâmico, produzido e transformado pelas relações sociais. Nesse contexto, diversos autores contribuíram para o aprofundamento da temática espacial na Geografia. Neste trabalho, optamos por uma análise conceitual centrada nas formulações de Milton Santos e Ana Fani Alessandri Carlos, tanto pela relevância de suas obras quanto pelas aproximações que suas concepções estabelecem com os conteúdos encontrados na análise prévia dos livros didáticos. Identificamos, nos materiais examinados, trechos que dialogam, ainda que de forma parcial ou implícita, com os conceitos desenvolvidos por Milton Santos. Além disso, ao longo da graduação, a maior parte das discussões teóricas sobre o espaço foram realizadas por meio dos textos de Ana Fani Carlos, o que também justifica sua centralidade nesta pesquisa. Ainda assim, ao longo do trabalho, também buscaremos diálogos com outros autores que contribuem para uma leitura da produção social do espaço, como Antonio Carlos Robert de Moraes e Glória da Anunciação Alves.

Milton Santos na busca de entender o espaço em sua totalidade o define como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 1994, p. 44). Essa formulação destaca que o espaço não pode ser compreendido de maneira fragmentada, pois sua constituição resulta da interação constante entre materialidades e práticas sociais. Os sistemas de objetos correspondem a objetos concretos, cujo valor se dá pela sua produtividade e colaboração para ação econômicas e outras ações (SANTOS, 1994, p. 44) – edificações, infraestruturas, portos, fábricas, sistema de comunicação –, são exemplos de objetos de natureza extremamente técnica que compõem o espaço; enquanto os sistemas de ações referem-se aos processos, que são determinados de propósito, fluxos e relações que dinamizam e dão significados aos objetos, atribuindo-lhes função e significado dentro da sociedade.

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2006, p. 39)

Para o autor essa relação entre sistemas de objetos e sistemas de ações demonstra como o espaço está em constante transformação. Os objetos, ao estruturarem determinadas formas de organização territorial, condicionam as ações que podem ser realizadas, ao mesmo tempo em que as práticas sociais se apropriam e condicionam esses objetos, modificando suas funções e significados. Santos (2006) destaca que esse processo ocorre de maneira cada vez mais técnica, à medida que as ações se tornam mais especializadas e voltadas para projetos que obedecem a interesses externos, associados a forças hegemônicas. Isso implica uma restrição da autonomia dos indivíduos comuns na produção e no uso do espaço, uma vez que as infraestruturas e os sistemas produtivos são concebidos para atender a lógicas que extrapolam a escala local. Além disso, as ações não apenas operam sobre objetos preexistentes, mas também levam à criação de novos elementos espaciais, resultando em formas que se renovam continuamente dentro de estruturas já estabelecidas. Assim, neste recorte da obra de Milton Santos o espaço tende a refletir transformações tecnológicas, econômicas e políticas, embora sua configuração dependa das relações de poder e dos processos que determinam a produção e apropriação do território. No contexto do meio técnico-científico-informacional,⁴ Para o autor essa dinâmica se intensifica, pois as inovações tecnológicas e os fluxos de informação alteram constantemente a relação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, redefinindo a configuração espacial em diferentes escalas (SANTOS, 1994, p 24).

Essa leitura do espaço proposta por Milton Santos contribui para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas socioespaciais que estruturam a sociedade, considerando o espaço em sua totalidade. No ensino de Geografia, essa abordagem possibilita que os estudantes superem uma visão descritiva do território e desenvolvam um olhar mais analítico sobre os processos hegemônicos que moldam a organização espacial, principalmente por meio da técnica. Ao reconhecer que o espaço não é apenas um cenário neutro, mas um elemento ativo na produção das desigualdades e das relações de poder, torna-se possível construir um pensamento geográfico mais crítico e engajado. Dessa forma, compreender a lógica da dominação espacial permite refletir sobre possíveis formas de resistência e subversão desse modelo, incentivando a busca por práticas espaciais mais justas e igualitárias.

⁴ (SANTOS, 2006, p. 159)

A perspectiva de Ana Fani Alessandri Carlos sobre o espaço insere-se no pensamento da Geografia Crítica e aprofunda a compreensão geográfica do espaço a partir da relação de produção e reprodução do espaço. Como já introduzido, nessa abordagem o espaço não deve ser reduzido a um cenário neutro ou a um simples suporte das atividades humanas; ao contrário, ele é “condição, meio e produto” da vida, sendo produzido e transformado pelas práticas e relações sociais que nele se realizam (CARLOS, 1987). Dessa forma, o espaço não se limita apenas às lógicas econômicas e políticas, mas se vincula também às dinâmicas do cotidiano e das relações sociais.

Segundo Carlos (2006), a produção do espaço urbano fundamenta-se em um processo desigual, o que faz com que o espaço necessariamente reflita as contradições da sociedade. nesse sentido, a cidade e a metrópole tornam visíveis essas contradições, evidenciando formas distintas de apropriação do território e de acesso aos recursos urbanos. A autora destaca que a metrópole aparece como um espaço fragmentado, marcado pela segregação socioespacial, onde o acesso a bens e serviços é distribuído de forma desigual: “a população de baixo poder aquisitivo está confinada a ‘pedaços’ da cidade”, enquanto as classes de maior renda possuem uma ampla liberdade de escolha espacial (CARLOS, 2006, P. 81). A autora, ainda, discute o papel da paisagem urbana na análise espacial, destacando que ela não é apenas uma composição visual do espaço, mas um processo histórico que resulta da interação entre fatores sociais, políticos e econômicos. A paisagem reflete as mudanças no espaço ao longo do tempo, materializando as relações entre a sociedade e a natureza. Sobre isso, a autora afirma:

A paisagem urbana espelha diferenças colocando-nos no nível do aparente e do imediato. Num tempo determinado, revela vários momentos passados que, na articulação com o novo, reproduzem uma paisagem peculiar, em que a história tem um papel importante. (CARLOS, 2006, p. 81).

A citação reforça a ideia de que o espaço urbano não pode ser compreendido apenas por sua aparência atual, pois ele carrega marcas de diferentes momentos históricos que, ao interagirem com as novas formas espaciais, revelam as transformações ocorridas ao longo do tempo. A paisagem urbana não é estática: ao contrário, resulta de processos de produção e reprodução do espaço que envolvem permanências e mudanças. O novo não substitui completamente o antigo, mas se sobrepõe a ele, criando um mosaico de tempos distintos

materializados no espaço. Isso pode ser observado, por exemplo, na reestruturação de áreas centrais das cidades, onde edificações históricas coexistem com construções contemporâneas, refletindo as diferentes fases do desenvolvimento urbano. Essa articulação entre passado e presente é fundamental para compreender a configuração atual das cidades, bem como sua construção histórica e as decisões políticas que marcaram sua trajetória.

A partir dessa compreensão, torna-se possível considerar que o espaço urbano, além de expressar as relações sociais, também exerce um papel ativo na forma como essas relações se organizam e se reproduzem, traduzindo-se na maneira como os indivíduos se localizam, circulam e interagem em seu cotidiano. Isso permite reconhecer que as formas espaciais - como a distribuição da infraestrutura, o acesso a equipamentos públicos e os trajetos cotidianos - contribuem para a análise crítica da desigualdade urbana, pois possibilitam ir além das aparências e compreender, de forma mais profunda, as dinâmicas que estruturam o espaço; torna-se possível, assim, identificar os efeitos de escolhas políticas, os interesses de classe e a atuação de forças hegemônicas que moldam o território de maneira desigual. A população de menor renda, em geral, reside nas periferias urbanas, afastadas dos centros de decisão, emprego e serviços. Muitas dessas áreas carecem de equipamentos públicos essenciais, como parques, centros culturais, áreas de lazer e hospitais (CARLOS, 2006, P. 85).

Mesmo quando esses serviços existem, o acesso costuma ser dificultado pelas longas distâncias e pela precariedade do transporte coletivo, o que obriga muitos trabalhadores a utilizar dois ou três ônibus por dia e enfrentar deslocamentos extensos⁵. Esse tempo gasto no transporte significa, na prática, a perda de horas preciosas da vida, que poderiam ser dedicadas ao descanso, ao convívio familiar ou a atividades culturais e formativas. A própria experiência urbana, assim, é vivida de maneira desigual: enquanto alguns têm amplo acesso aos recursos da cidade, outros experimentam uma lógica limitada que lhes foi imposto dentro da lógica desigual de produção do espaço..

Ao tratar da metrópole, Ana Fani Carlos também destaca as formas de resistência que se manifestam no espaço urbano, ressaltando que a produção do espaço não se resume

⁵ (Rede Nossa São Paulo, 2020, p. 22)

apenas à lógica da mercadoria, sua circulação, nem à simples disposição de infraestruturas e equipamentos. Para a autora, o espaço é igualmente produzido nas lutas cotidianas que ocorrem na cidade, como aquelas por moradia, acesso à água e ao esgoto, regularização fundiária ou melhoria do transporte público (CARLOS, 2006, P. 89). Nessa perspectiva, o habitar a cidade é um ato ativo, que desafia as dinâmicas de espoliação características do urbano e revela uma prática de produção do espaço que se dá a partir das necessidades reais dos sujeitos. Carlos (2006) afirma ainda que “a luta emerge da consciência do cidadão como manifestação pelo direito à cidade, e à cidadania” (p. 88). A tomada de consciência, portanto, é o que possibilita ao indivíduo – ou mesmo a grupos sociais – reconhecer suas potencialidades de agir sobre o espaço e transformá-lo. Esse processo implica deixar de ocupar uma posição passiva diante da realidade urbana e assumir um papel ativo na construção dos lugares onde se vive, na busca por usufruir da cidade em sua plenitude, reivindicando o direito ao lazer, à festa, à infraestrutura urbana e a todas as dimensões que compõem um viver com dignidade. Trata-se, assim, de compreender o espaço não como algo dado, mas como uma construção contínua, produzida pelas práticas sociais e pelas disputas nele se manifestam.

Compreender o espaço a partir do diálogo com Ana Fani Alessandri Carlos abre possibilidades para pensar como esse conceito pode ser explorado no ensino de Geografia. Quando o espaço é tratado apenas como algo fixo ou dado, o estudante pode não se reconhecer como parte da dinâmica social que o constitui. Entretanto, ao ser abordado como produto e condição das relações sociais e práticas cotidianas, o ensino de Geografia amplia seu potencial de contribuir para que o aluno se perceba como sujeito participante, em conjunto com a sociedade, na produção do espaço. Nesse sentido, a escola pode favorecer a formação de uma consciência sobre o espaço como produção social estimulando os sentidos e a compreensão dos usos do espaço na vida cotidiana e momento da construção da cidadania.

3 ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO

Este capítulo se dedica à análise da coleção didática *Conexões e Vivências*, de Levon Boligian e Andressa Alves, publicada pela Editora do Brasil, com o intuito de identificar como o conceito de espaço aparece nos livros do Ensino Fundamental II. Considerando o escopo delimitado para esta pesquisa, o foco será direcionado especialmente para a forma como esses livros abordam, explícita ou implicitamente, o conceito de espaço, levando em conta três pontos norteadores principais: (i) como o espaço é conceituado no livro didático; (ii) quais são os desdobramentos dessa concepção, sobretudo em relação aos temas trabalhados; e (iii) de que modo essa abordagem abre possibilidades para que os estudantes possam perceber o mundo ao seu redor, construindo suas identidades a partir da compreensão do lugar que habitam.

Cabe esclarecer que, após um exame prévio da coleção, observou-se que o debate conceitual explícito sobre o espaço está presente especialmente no livro do 9º ano, com uma breve menção também identificada no volume do 6º ano. No caso do primeiro livro há uma abordagem introdutória e resumida, por este motivo, optamos por concentrar a análise do conceito de forma mais articulada no material destinado ao final do Ensino Fundamental. Nos demais volumes, embora o conceito de espaço não seja definido de maneira direta e sistemática, identificamos, a partir da análise prévia do conteúdo, a potencialidade de tratá-lo a partir de outras categorias mobilizadas nos livros, como paisagem, lugar, território, urbanização e debates regionais.

No movimento da análise, optou-se por uma estrutura analítica que considera, inicialmente, o conceito explícito do espaço conforme aparece nos livros mencionados e, na sequência, uma análise individual de cada volume da coleção, buscando reconhecer e discutir a presença implícita da noção espacial nos diversos conteúdos trabalhados. Por fim, serão discutidas brevemente as implicações dessa abordagem pedagógica para o desenvolvimento do pensamento geográfico dos estudantes.

3.1 O Conceito de Espaço

Antes de iniciarmos a análise do conteúdo presente no livro, é importante esclarecer que, ao longo deste trabalho, optamos por utilizar os termos “espaço” ou “visão geográfica do espaço”, em vez da expressão “espaço geográfico”. Embora esse termo apareça com frequência tanto no material didático quanto em bibliografias da área, essa escolha busca enfatizar que o conceito de espaço ultrapassa os limites disciplinares da Geografia, sendo também abordado por campos como a Filosofia, a Sociologia e a Física.

No livro do 9º ano da coleção *Conexões e Vivências*, o conceito de espaço é apresentado na Unidade 1, intitulada “*Espaços da globalização*”, especificamente no primeiro capítulo, “*Espaço geográfico e tecnologia*”. Nesse trecho, o espaço aparece vinculado diretamente à ação humana sobre a natureza:

O aprimoramento das técnicas levou a humanidade a ter maior domínio da natureza, o que possibilitou a exploração intensa dos recursos naturais do planeta [...] e ampliou o espaço modificado pelas atividades humanas, o chamado espaço geográfico. (BOLIGIAN; ALVES, 2022, p12.).

A citação integra um trecho maior em que o livro introduz o conceito de espaço geográfico a partir da relação entre técnica e transformação da natureza. O texto descreve como a capacidade humana de modificar a superfície terrestre evoluiu com o aperfeiçoamento dos instrumentos e métodos de trabalho, destacando exemplos como o desenvolvimento de técnicas de engenharia. A definição de espaço é apresentada nesse contexto, sendo associada à área modificada pelas atividades humanas. No enunciado inicial da unidade, o livro indica que abordará temas como as relações entre ciência e tecnologia, as etapas da Revolução Industrial e a expansão das multinacionais, sugerindo uma abordagem mais ampla das dinâmicas globais. No entanto, neste primeiro contato com o conceito de espaço, o enfoque permanece restrito à dimensão técnica, sem explicitar as implicações sociais, políticas ou históricas da produção do espaço.

Essa visão, que entende o espaço como produto da intervenção técnica humana sobre a natureza, sem considerar suas dimensões sociais ou históricas, se expressa também por meio da ilustração que acompanha o conteúdo, apresentada na Figura 1:

Figura 1 – Representação artística da transformação da paisagem ao longo do tempo.



Fonte: BOLIGIAN, Levon; ALVES, Andressa. Conexões e Vivências: Geografia. 9º ano. São Paulo: Editora do Brasil, 2022, p. 4.

A página analisada traz uma sequência de imagens que retratam três momentos históricos — século XVIII, início do século XX e século XXI — representando a construção de pontes sobre um mesmo rio. As imagens buscam evidenciar a evolução das técnicas de engenharia como principal fator de transformação da paisagem. Associado a essa sequência visual, o texto explicativo reforça a narrativa de que o domínio humano sobre a natureza é progressivamente ampliado pelo aperfeiçoamento de instrumentos, técnicas e métodos de trabalho. O conceito de espaço geográfico é apresentado nesse contexto, sendo definido como o espaço modificado pelas atividades humanas, enquanto o espaço natural é tratado como exceção, associado às poucas regiões ainda não transformadas pela ação humana.

A análise conjunta da imagem e do texto evidencia uma concepção de espaço reduzida à dimensão técnica da transformação territorial. Não há menção às relações sociais, aos conflitos pelo uso da terra ou às desigualdades espaciais que permeiam a produção do espaço. A ausência de problematizações históricas ou políticas reforça uma leitura do espaço como superfície neutra e passiva, transformada linearmente pelo progresso tecnológico. Assim, tanto a imagem quanto o texto contribuem para consolidar uma visão simplificada e despolitizada da produção espacial, em contraste com abordagens que compreendem o espaço como produto social carregado de contradições e conflitos.

A concepção de espaço como produto da intervenção técnica humana, apresentada na página inicial do livro (figura 1), não se configura como um exemplo isolado dentro do capítulo. Ao longo do desenvolvimento, os autores abordam temas como a Revolução Industrial, a globalização e as transformações tecnológicas no trabalho, mantendo a mesma orientação interpretativa. As imagens que acompanham o conteúdo reforçam esse direcionamento, como é possível observar também na Figura 2, que ilustra a mundialização econômica e a globalização por meio de fluxos de transporte, telecomunicações e serviços financeiros conectando diferentes partes do mundo.

Figura 2 – Mundialização econômica e globalização



A figura 2 apresenta o globo terrestre interligado por linhas e pontos, enquanto elementos como satélites, aviões e malas reforçam a circulação de informações, pessoas e mercadorias como características da integração mundial contemporânea. O texto que acompanha a imagem reforça essa interpretação do espaço como produto direto do avanço tecnológico, definindo “espaço geográfico mundializado” como consequência imediata do desenvolvimento técnico-científico, da integração dos mercados e da intensificação dos fluxos econômicos globais, privilegiando a escala espacial. Essa descrição enfatiza a eliminação das barreiras geográficas e a integração simultânea das redes industriais e financeiras, sem mencionar, entretanto, as desigualdades e os conflitos sociais envolvidos nesses processos. Assim como na imagem anteriormente analisada (Figura 1), a narrativa visual e textual sugere uma leitura do espaço predominantemente como resultado do avanço técnico, sem explorar suficientemente as dimensões sociais, históricas e políticas envolvidas nesse processo. Essa abordagem, de certa forma, privilegia os aspectos materiais e técnicos, deixando em segundo plano outras dimensões que também configuram a produção espacial.

Desde a conceituação inicial do espaço apresentada no material didático, evidenciada na citação e na Figura 1, até o desenvolvimento do conteúdo ao longo do capítulo, são empregados termos como “técnica”, “espaço natural”, “revolução técnico-científica”, “manufatura avançada” e “Indústria 4.0”, sugerindo proximidade conceitual com a teoria elaborada por Milton Santos (2006). Na perspectiva do autor, a evolução do espaço geográfico ocorre em períodos distintos: o meio natural, no qual a sociedade mantinha uma relação direta e equilibrada com a natureza; o meio técnico, marcado pelo surgimento das máquinas e pela mecanização progressiva do espaço; e, finalmente, o meio técnico-científico-informacional, característico do período atual. Para Santos, essa última etapa é definida pela inseparável união entre ciência, técnica e informação, constituindo um espaço profundamente artificializado, no qual os objetos técnicos são produzidos de forma seletiva e com elevada intencionalidade, servindo principalmente aos interesses hegemônicos do mercado globalizado. Embora o livro didático analisado apresente proximidade com os conceitos trabalhados por Milton Santos, especialmente em relação ao avanço técnico, Santos ressalta que o meio técnico-científico-informacional não pode ser compreendido simplesmente como consequência neutra da inovação tecnológica, mas como um espaço

produzido historicamente, estruturado pelas contradições próprias do sistema capitalista, caracterizado por intensa seletividade e pela hierarquização socioespacial.

Essa interpretação crítica pode ser reforçada em Santos (2006, p. 160), quando afirma: “Os espaços assim requalificados atendem sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais. O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização”. Essa afirmação revela explicitamente o caráter seletivo e intencional das transformações espaciais contemporâneas, decorrentes não somente do desenvolvimento técnico, mas das relações de poder e da lógica do mercado global. Desse modo, embora o material didático utilize termos semelhantes aos trabalhados por Santos, sua abordagem, ao não enfatizar essa intencionalidade, acaba esvaziando o conceito, limitando-se à dimensão técnica e ocultando as relações sociais, os interesses hegemônicos e as desigualdades que efetivamente produzem o espaço contemporâneo.

Dessa maneira, observa-se que o livro do 9º ano da coleção *Conexões e Vivências* desenvolve uma concepção de espaço centrada na relação direta entre avanço técnico e transformação territorial. Embora essa perspectiva apresente alguma proximidade terminológica com teorias como a de Santos 2006, sua abordagem limita-se principalmente à dimensão técnica, deixando em segundo plano as implicações sociais, históricas e políticas da produção espacial. A leitura realizada sobre o 9º ano serve, portanto, como referência inicial para ampliarmos a análise e investigarmos, nos volumes destinados aos anos anteriores, como o conceito de espaço é tratado em outros temas e abordagens presentes na coleção.

3.2 O Espaço nos Conteúdos dos Livros Didáticos

Após analisarmos como o espaço é conceituado, através dos dois exemplos apresentados, de maneira explícita no livro do 9º ano, passamos agora a investigar de forma mais detalhada como essa categoria aparece de maneira implícita em diversos conteúdos dos livros do 6º ao 9º anos da coleção *Conexões e Vivências*. Embora nesses volumes o conceito não seja definido de modo formal, é possível identificar uma presença transversal do espaço em temas como paisagem, cotidiano e conflitos no território.

A proposta desta seção é investigar se tais conteúdos oferecem elementos suficientes para refletir sobre questões como pertencimento, identidade, desigualdades espaciais e relações de poder no território. A escolha por esses conteúdos fundamenta-se na compreensão de que o espaço, ao ser produzido pelas práticas sociais, carrega em si dimensões que ultrapassam o âmbito material, articulando relações de pertencimento, identidade e poder. Seguindo a perspectiva de Carlos (2015, p. 23–25), o espaço deve ser compreendido como condição, meio e produto da vida, constituindo-se como uma dimensão fundamental da reprodução da sociedade e das suas contradições e conflitos. Dessa forma, ao privilegiar temas ligados ao cotidiano e às práticas de apropriação e representação do espaço, buscamos verificar se os materiais analisados oferecem aos estudantes condições para compreender o espaço em sua complexidade social e histórica ou se acabam reforçando representações neutras e despolitizadas. A análise será realizada individualmente, livro a livro.

3.2.1 Livro do 6º ano: cotidiano, lugar e paisagem

O livro do 6º ano da coleção *Conexões e Vivências* inicia sua abordagem sobre a categoria geográfica "lugar", apresentando inicialmente uma definição que o associa aos espaços de vivência das pessoas, enfatizando as atividades cotidianas como trabalho, lazer, religião e estudos, bem como as relações familiares e de amizade. Essa concepção destaca o lugar como espaço vivido, constituído pelas práticas sociais e pelas experiências individuais e coletivas que ocorrem no cotidiano, e ressalta ainda os aspectos naturais, técnicos e econômicos como critérios para diferenciar um lugar de outro.

[...] Cada lugar tem uma particularidade, ou seja, uma característica ou um conjunto de características que o diferencia dos outros lugares de nosso país e do planeta. Os lugares se diferenciam pelo seu clima, pelas formas de relevo, pela arquitetura das casas e dos edifícios. Também se diferenciam pelas atividades que são desenvolvidas neles e, principalmente, pelo jeito de viver das pessoas, por seus costumes, sua forma de falar, entre outros aspectos. Por isso, podemos afirmar que as combinações dessas particularidades são únicas, ou seja, nunca se repetem da mesma maneira em outra parte do mundo. Nos estudos de Geografia, buscaremos conhecer as particularidades dos lugares e do modo de viver das pessoas, para entender, dessa forma, o próprio lugar onde vivemos. (BOLIGIAN; ALVES, 2022, p. 14).

O livro evidencia, portanto, que a noção de lugar está intrinsecamente relacionada às particularidades naturais e sociais que conferem identidade aos espaços habitados. Ao destacar elementos como o clima, o relevo, a arquitetura e, principalmente, os modos de vida,

os costumes e as formas de fala das populações, o material didático enfatiza que o lugar não é uma construção homogênea ou genérica, mas o resultado de múltiplas relações entre natureza e sociedade. Além disso, busca ampliar essa concepção ao abordar a interação entre diferentes lugares, destacando a importância das conexões estabelecidas cotidianamente. Ainda segundo o texto, o estudo das particularidades dos lugares e dos modos de vida é apresentado como um caminho para compreender o próprio lugar em que se vive, evidenciando a proposta de articular o conteúdo escolar à realidade cotidiana dos estudantes. Essa ideia de que os lugares são constituídos tanto por suas características internas quanto pelas relações que estabelecem com outros espaços é ilustrada por imagens de atividades rotineiras:

Figura 3 – Representação das relações entre lugares no cotidiano



Fonte: BOLIGIAN, Levon; ALVES, Andressa. *Conexões e Vivências: Geografia*. 6. ano. São Paulo: Editora do Brasil, 2022, p. 15.

As conexões entre diferentes lugares são representadas na Figura 3 por imagens que retratam atividades cotidianas, como estudantes se deslocando em uma van escolar, a

apresentação de informações climáticas na televisão e colegas utilizando dispositivos móveis para se comunicar pelas redes sociais. Acompanhadas de um texto que ressalta que “os lugares não são isolados”, essas imagens reforçam a compreensão de que as relações cotidianas entre pessoas e espaços contribuem para estabelecer vínculos entre diferentes lugares.

No capítulo seguinte, ainda no mesmo livro, os autores apresentam a categoria "paisagem", partindo da afirmação de que "boa parte daquilo que observamos na paisagem de um lugar conta um pouco dos costumes e da história da sociedade que ali se organizou"(BOLIGIAN; ALVES, 2022, p. 20). O texto explica que a paisagem é composta tanto por elementos naturais quanto culturais (ou humanizados). Estes últimos são definidos como elementos criados por meio de diferentes técnicas que variam conforme a sociedade. Para ilustrar essa ideia, os autores afirmam que a paisagem compreende tudo o que está presente em determinado lugar, "sejam elementos naturais ou culturais, visíveis ou invisíveis, podendo ser percebidos por diferentes sentidos" (BOLIGIAN; ALVES, 2022, p. 20).

Essa síntese revela como o livro conceitua a paisagem por meio de classificações como "natural", "cultural", "visível" e "não visível", considerando elementos como cheiro, ruído, sensação térmica e materiais de construção, em uma outra escala daquela apresentada no livro do 9 ano. Para explicitar as diferenças e aproximações entre os conceitos de "lugar" e "paisagem" apresentados pelo material didático, a Tabela 1 organiza uma comparação entre os principais aspectos trabalhados:

Tabela 1 – Comparação entre os conceitos de Lugar e Paisagem

Aspecto	Lugar	Paisagem
Definição	“Na Geografia, quando estudamos os lugares, estamos considerando os espaços de vivência das pessoas, onde elas fazem suas atividades cotidianas de trabalho, lazer, religião e estudos e onde convivem com a família e amigos.” (BOLIGIAN; ALVES, 2022, p. 13)	“Assim dizemos que a paisagem é composta de tudo o que está presente em determinado lugar, sejam elementos naturais ou culturais, sejam visíveis ou não visíveis e que podem ser percebidos por nossos diferentes sentidos.” (BOLIGIAN; ALVES, 2022, p. 20)
Elementos valorizados	Modos de vida, costumes, formas de falar, clima, relevo, arquitetura.	Elementos naturais e culturais (humanizados); materiais de construção, sons, cheiros, sensações térmicas.
Ênfase	Relações sociais e cotidiano dos indivíduos.	Objetos técnicos, elementos naturais e aspectos sensoriais.
Perspectiva	Valorização da experiência vivida e das práticas sociais no espaço.	Ênfase na observação e descrição dos elementos visíveis e invisíveis da paisagem.

Nota-se, a partir da comparação, que na discussão sobre paisagem os objetos culturais (criados pela técnica) e naturais (fauna, flora, relevo, hidrografia) recebem maior destaque, enquanto as relações sociais e o cotidiano dos indivíduos, elementos centrais na definição de lugar, são menos enfatizados. A técnica é mencionada como elemento importante na constituição da paisagem e é definida, segundo o glossário do livro, como um “conjunto de procedimentos ou maneiras de fazer algo, com ou sem o auxílio de instrumentos” (BOLIGIAN; ALVES, 2022, p. 18). O material didático ainda destaca que as técnicas variam conforme a sociedade e permitem que os indivíduos se adaptem às mais diversas regiões, sendo os instrumentos e procedimentos responsáveis “desde a construção de moradias até o

cultivo de plantas” (BOLIGIAN; ALVES, 2022, p. 22). Essa referência à técnica aproxima-se de um entendimento prático e funcional, limitando-se a descrever sua aplicação cotidiana.

A técnica desempenha um papel central no pensamento de Milton Santos, sendo um dos eixos para a compreensão da realidade social. Para o autor, “as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2006, p. 16). Embora essa formulação tenha sido incorporada em materiais didáticos destinados ao ensino fundamental, ela não esgota a complexidade do conceito na obra de Santos, que ultrapassa uma visão meramente pragmática da técnica. Para o autor, a técnica deve ser vista sob uma perspectiva mais ampla:

A técnica deve ser vista sob um triplice aspecto: como reveladora da produção histórica da realidade; como inspiradora de um método unitário (afastando dualismos e ambiguidades) e, finalmente, como garantia da conquista do futuro, desde que não nos deixemos ofuscar pelas técnicas particulares, e sejamos guiados, em nosso método, pelo fenômeno técnico visto filosoficamente, isto é, como um todo. (SANTOS, 2006, p. 13).

Essa formulação indica que, para o autor, a técnica produz o território, expressa o processo histórico, oferece bases metodológicas para a análise da realidade e permite ainda projetar o futuro. Ainda, para Santos, as técnicas carregam historicidade e materialidade, manifestando as condições sociais, econômicas e políticas que moldam a configuração dos lugares. Em sua análise, ele aprofunda essa concepção ao afirmar que “toda técnica inclui história” e é “tempo congelado”, revelando, pela materialidade dos objetos e práticas, as condições históricas em que foram produzidos (SANTOS, 2006, p. 26). O uso das técnicas ao longo do tempo, segundo o autor, expõe histórias sucessivas que se desenrolam no lugar e em contextos mais amplos.

Dessa forma, enquanto o livro didático trata a técnica como um instrumento prático para explicar transformações visíveis da paisagem, Milton Santos propõe compreendê-la como o método para de análise da realidade, articulando história, sociedade e produção material de forma indissociável.

O livro didático continua a discussão sobre a paisagem, agora focando no avanço das técnicas em cada sociedade conforme o crescimento da atividade industrial. O texto destaca que, especialmente nos últimos duzentos anos, as paisagens naturais, definidas como aquelas

cujos elementos ainda permanecem pouco alterados pela ação humana, têm sido progressivamente substituídas por paisagens culturais ou humanizadas.

Essa temática é ilustrada na sequência pela Figura 4, que articula texto e imagens para exemplificar esse processo. A primeira fotografia apresenta a construção de uma usina hidrelétrica em Bolikhamxai, no Laos (2019), enquanto a segunda mostra a obra da ponte Honghe, em Guangdong, China (2020). Ambas evidenciam grandes intervenções humanas no território, reforçando a ideia de substituição de elementos naturais por construções técnicas:

Figura 4 – Paisagens culturais: hidrelétrica e ponte como elementos humanizados da paisagem.

Paisagens naturais e humanizadas

No decorrer da história da humanidade, o desenvolvimento das técnicas aconteceu de maneiras e em ritmos diferentes em cada sociedade. Contudo, foi com o avanço crescente da **atividade industrial** para várias partes do mundo que se tornaram mais intensas as transformações provocadas na natureza. Isso ocorreu porque a indústria necessita de grande quantidade de recursos para sustentar a produção de mercadorias, que é feita em grande escala.

Dessa forma, principalmente nos últimos 200 anos, extensas áreas da superfície terrestre foram alteradas: reduziram-se as **paisagens naturais**, ou seja, aquelas com elementos naturais ainda intactos ou pouco alterados; por outro lado, multiplicaram-se as **paisagens culturais** ou **humanizadas**, como as áreas agrícolas e de extração mineral, as áreas urbanas e as áreas industriais. Além disso, também se diversificaram as construções e os objetos necessários à produção de mercadorias e à circulação de pessoas e informações pelo espaço terrestre, como usinas geradoras de eletricidade, torres e cabos de telecomunicações, estradas, portos e aeroportos, entre outros.



Construção de hidrelétrica em Bolikhamxai, Laos, 2019.



Vista aérea da obra da ponte Honghe em Guangdong, China, 2020.

A análise da página (Figura 4) evidencia como o livro articula texto e imagens para explicar a transformação das paisagens naturais em paisagens humanizadas. A apresentação do tema se dá por meio de um recorte descritivo, que enfatiza as megaconstruções e os efeitos materiais da ação humana sobre o ambiente. Ao dialogarmos com a concepção de técnica desenvolvida por Milton Santos, compreendemos que a técnica ultrapassa a dimensão instrumental. Para o autor, as técnicas revelam a produção histórica da realidade e expressam a materialidade das relações sociais que organizam o espaço.

Nesse sentido, o texto que acompanha as imagens permite identificar uma leitura positiva das transformações ocorridas “também se diversificaram as construções e os objetos necessários à produção de mercadorias e à circulação de pessoas e informações pelo espaço terrestre, como usinas geradoras de eletricidade, torres e cabos de telecomunicações, estradas, portos e aeroportos, entre outros” (BOLIGIAN; ALVES, 2022, p. 23). O trecho desconsidera quaisquer consequências acarretadas por estas construções capazes de indicarem as desigualdades sociais envolvidas nesse processo, afastando-se de uma leitura que considere as relações de poder e a produção histórica dos territórios, como Santos (2006) considera em seu método.

A seção final do capítulo consolida o entendimento apresentado ao longo das páginas anteriores, articulando a transformação humana da paisagem à ação histórica das sociedades humanas sobre o espaço. O livro sintetiza essa abordagem afirmando:

Por meio da observação da paisagem, identificamos a maneira pela qual as pessoas, organizadas em sociedade, transformam o espaço que ocupam na superfície terrestre. Esse espaço, utilizado e constantemente modificado pelos seres humanos no decorrer dos anos, das décadas e dos séculos, é denominado espaço geográfico. (BOLIGIAN; ALVES, 2022, p. 24).

Essa definição apresenta, de maneira ainda mais didática, a concepção de espaço que já havíamos identificado anteriormente na análise do livro do 9º ano, em que o espaço é caracterizado fundamentalmente como resultado da intervenção humana sobre a natureza sem quaisquer desdobramentos. Na citação, quando os autores afirmam “esse espaço utilizado”, não explicitam para quais finalidades o espaço é utilizado; quando dizem que é “modificado constantemente”, também não desenvolvem por quais práticas ou relações essas modificações ocorrem, permanecendo ausente uma reflexão sobre se tais transformações derivam das

formas de viver, das relações sociais ou das necessidades de reprodução da vida. Todo o desenvolvimento do capítulo até aqui constrói uma concepção de espaço reduzida à ação humana sobre a natureza por meio de construções e instrumentos, associando a transformação espacial exclusivamente ao progresso tecnológico e às intervenções materiais realizadas sobre a superfície terrestre, desconsiderando as determinações sociais, econômicas e políticas que orientam essas práticas, o que reforça uma leitura simplificada do espaço, que é colocado quase como um acúmulo de paisagens humanizadas. No início do capítulo, ao apresentar a categoria “lugar”, o livro tenha destacado aspectos como as formas de viver, os costumes, as práticas cotidianas e as relações sociais, havia ali a oportunidade de construir uma compreensão mais complexa do espaço, que o reconhecesse não apenas como um suporte transformado por construções e instrumentos, mas como uma construção social, produzida pela sociedade através de relações cotidianas; pelo trabalho, pelo estudo e pelas múltiplas práticas da vida; no entanto, esse caminho não é desenvolvido, e o livro permanece na superficialidade da ideia de que os lugares são espaços de vivência, sem desdobrá-la em suas dimensões sociais, políticas e econômicas.

Dessa forma, ao encerrar a discussão sobre lugar e paisagem em si mesmos, isto é, sem articulá-los às mediações sociais e históricas que produzem o espaço, o livro não avança para problematizações que permitiriam compreender as contradições que estruturam a realidade social. A proposta pedagógica compromete, assim, parte significativa do potencial formativo dos conceitos de lugar, paisagem e técnica, que poderiam permitir aos estudantes refletir sobre a realidade vivida e produzida pelo conjunto da sociedade. Tratados de maneira descritiva e funcional, esses conceitos limitam-se no livro à observação superficial das alterações espaciais, restringindo-se a descrever paisagens modificadas e objetos técnicos como expressão do espaço, sem considerar as disputas e desigualdades que permeiam sua produção. Em consequência, o livro do 6º ano da coleção *Conexões e Vivência* oferece poucos elementos para que o aluno desenvolva consciência das desigualdades e das contradições que estruturam a produção do espaço.

3.2.2 Livro do 7º ano: migrações, economia e urbanização

O livro de Geografia do 7º ano da coleção *Conexões e Vivências* inicia seu percurso com a Unidade 1, intitulada *Brasil, território e paisagem*. No primeiro capítulo, denominado *Brasil: gigante territorial de múltiplas paisagens*, os autores introduzem a diversidade das paisagens brasileiras articulando dados geográficos e elementos políticos que situam o território nacional em seu contexto continental. Nesse esforço inicial, são apresentados aspectos como a extensão do território, a soberania do Estado e os limites físicos e administrativos. Segundo o livro:

O Brasil está localizado na parte centro-oriental da América do Sul e ocupa aproximadamente 48% da área desse continente. A extensa faixa litorânea de nosso país tem 7.367 km de extensão e a fronteira terrestre é ainda maior, 15.719 km, que faz limites com dez países sul-americanos. É sobre esse imenso território que o Estado brasileiro exerce soberania, ou seja, autoridade e controle irrestrito sobre os elementos naturais e culturais situados em seus limites, não somente as terras emersas, mas tudo o que existe em sua faixa de mar territorial, em seu espaço aéreo e no subsolo. (BOLIGIAN; ALVES, 2022, p. 13).

O trecho combina informações sobre a extensão territorial do Brasil, a faixa litorânea e as fronteiras com conceitos ligados ao poder estatal, como soberania e controle. Ao afirmar que o Estado exerce autoridade sobre tudo o que está dentro desses limites, incluindo o mar territorial, o espaço aéreo e o subsolo, o livro apresenta uma concepção de território político vinculada à presença e ao domínio do Estado.

Na continuidade, o capítulo amplia a abordagem inicialmente centrada na delimitação formal e institucional do território, passando a tratar dos elementos naturais do Brasil, como os tipos de clima; o tropical típico, o tropical úmido, o equatorial e o subtropical, além dos principais biomas; a Amazônia, a Caatinga, o Cerrado, a Mata Atlântica, o Pampa e o Pantanal. Essa progressão temática organiza uma visão do território a partir de seus aspectos físicos e naturais, preparando o leitor para o conteúdo do capítulo seguinte, que será dedicado à formação histórica e econômica do território brasileiro.

No capítulo 2, “Formação do território brasileiro”, o livro aborda o processo histórico de constituição do território nacional a partir da formação da população brasileira. A introdução do capítulo retoma a dimensão territorial apresentada anteriormente e propõe uma

reflexão sobre as razões e os processos que levaram o Brasil a alcançar suas atuais proporções:

No capítulo anterior, aprendemos que a dimensão territorial do Brasil é bastante vasta, o que possibilita a existência de uma imensa diversidade de paisagens. Podemos pensar, então, na seguinte questão: Como e por que o território brasileiro alcançou as dimensões atuais? É o que vamos investigar neste capítulo. (BOLIGIAN; ALVES, 2022, p. 24).

Na sequência, o livro destaca os principais grupos formadores da sociedade brasileira; indígenas e africanos no primeiro momento, e descreve de forma cronológica como o território foi sendo ocupado com base nos ciclos econômicos que impulsionaram o avanço das frentes de colonização. Iniciando século XVI “Durante o século XVI, a ocupação das terras portuguesas na América ocorreu apenas nos pontos em que foram instaladas as chamadas feitorias, localidades no litoral em que eram armazenadas as mercadorias extraídas na floresta” (p 26). Já na próxima página “território brasileiro no século XVII”, os autores colocam que a força de trabalho indígena foram substituídas por africanos escravizados, e a principal atividade era a cana de açúcar no nordeste e depois as drogas do sertão na amazônia, ainda no século XVII o livro coloca o surgimento da urbanização no território “Também surgiram nesse período os primeiros núcleos urbanos e as fazendas com população fixa; “A vila de Salvador, atualmente capital do estado da Bahia, foi escolhida para ser a sede do governo português na colônia” (página 28). Na página seguinte o livro prossegue destacando a ocupação do interior do Brasil, “os séculos XVII e XVIII foram marcados pelo início da exploração das áreas interioranas, os chamados sertões, sobretudo por meio das atividades pecuária e mineradora” (página 30), comentando no texto da página sobre as expedições nos atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso e a transferência da sede do governo para a cidade do rio de janeiro, motivado pela proximidade do porto aos núcleos mineradores. Posteriormente, o livro aborda a chegada dos migrantes europeus e asiáticos entre os séculos XIX e XX, contextualizando esse movimento como parte do processo de substituição da mão de obra escravizada no pós-abolição. A narrativa é apresentada nos seguintes termos:

Como forma de substituir a mão de obra escravizada, o Estado estimulou a vinda de trabalhadores imigrantes livres, sobretudo europeus, os quais, a princípio, foram encaminhados para as regiões produtoras de café e para as áreas de povoamento criadas no sul do país. Assim, até a metade do século XX entraram em território brasileiro cerca de 4 milhões de imigrantes. [...] O desenvolvimento dessas atividades fez com que o governo ampliasse as vias de acesso ao interior, abrindo

caminhos, estradas de terra e ferrovias, que esboçaram os primeiros eixos de comunicação e de integração do território brasileiro. (BOLIGIAN; ALVES, 2022, p. 31)

A citação enfatiza a importância dos imigrantes livres para o desenvolvimento econômico do país, especialmente nas regiões produtoras de café e nas colônias do sul. O texto também destaca que, como consequência desse processo, o governo passou a investir na ampliação das vias de acesso ao interior, promovendo a abertura de caminhos, estradas e ferrovias. Dessa forma, o livro apresenta a migração como parte integrante da ocupação territorial e da formação do território nacional.

A narrativa construída pelo livro didático sobre a formação do território brasileiro pode ser compreendida a partir de uma abordagem cronológica que enfatiza, predominantemente, os ciclos econômicos como principais motores da ocupação territorial. Essa perspectiva tende a reproduzir uma visão linear e funcional do espaço, sugerindo que os processos territoriais decorrem naturalmente de uma sequência sucessiva das atividades produtivas sobre o território entendido como palco da ação. Ainda que o livro do 7º ano reconheça o papel do Estado na integração territorial por meio do desenvolvimento de infraestruturas, a forma como esse papel é apresentado pode aproximar-se de uma concepção de país que, segundo Moraes (2005), costuma ser encontrada nas narrativas das elites brasileiras. Para Moraes, a ideia de um Brasil ainda em construção, onde ocupar e explorar o território são vistas como tarefas fundamentais na constituição nacional, poderia refletir uma ideologia que legitima amplamente a ação estatal, atribuindo-lhe o papel central de condutor desse processo. De acordo com o autor, essa perspectiva tende a sacralizar a preservação da integridade territorial como um valor supremo e justificar práticas centralizadoras e, eventualmente, autoritárias, devido à magnitude da tarefa assumida pelo Estado (MORAES, 2005, p. 94). Nessa perspectiva, ao naturalizar o avanço das infraestruturas, a integração econômica e as expedições para o interior do Brasil como processos inevitáveis, sem problematizar devidamente os custos sociais e ambientais envolvidos e sem explicitar claramente os conflitos, interesses e disputas políticas, o livro pode contribuir para legitimar ações autoritárias e violentas, favorecendo as forças hegemônicas envolvidas no processo de formação do território nacional. Essa lógica remete, segundo Moraes (2005), à ideia de "missão civilizadora", atribuída historicamente à monarquia brasileira no século XIX, que

justificava intervenções sobre o território e suas populações originais em nome do desenvolvimento e da modernização.

Além disso, Moraes (2005, p. 94) ressalta como as populações são frequentemente tratadas nessas narrativas:

A ideia em foco, além de bem costurar o poder das elites e do Estado forte, ainda qualifica a população em seu lugar subalterno no projeto, o povo sendo visto como instrumento na construção do país. Tal visão instrumental dos segmentos populares expressa-se claramente num debate que atravessa o pensamento brasileiro por todo o século XIX, adentrando nas primeiras décadas do século XX: com que povo contamos para construir o país. Toda a discussão sobre a política imigratória, por exemplo, tem esta questão como pano de fundo. (MORAES, 2005, p. 94)

A ideia apresentada por Moraes (2005, p. 94) chama atenção para a forma como diferentes grupos populacionais são frequentemente tratados nas narrativas sobre a construção territorial brasileira. Segundo o autor, a concepção de um país em construção está associada a uma visão instrumental da população, vista como recurso essencial ao projeto nacional conduzido pelo Estado, em posição subalterna e funcional. Essa perspectiva fica particularmente evidente no debate histórico mencionado por Moraes, sobre "com que povo contamos para construir o país", que permeou todo o século XIX e as primeiras décadas do século XX, especialmente nas discussões sobre as políticas imigratórias da época. Observando a sequência apresentada pelo livro didático até aqui, nota-se uma correspondência com essa lógica instrumental destacada por Moraes, uma vez que a narrativa inicialmente descreve os indígenas como mão de obra, posteriormente substituídos por africanos escravizados e, após a abolição, enfatiza a necessidade dos imigrantes europeus e asiáticos para suprir demandas de trabalho. Com isso, aspectos fundamentais ligados à diversidade cultural desses povos, suas experiências cotidianas, formas de resistência e suas contribuições para além da dimensão produtiva acabam sendo pouco explorados, deixando em segundo plano o caráter social e humano desses processos históricos, bem como os conflitos e as disputas envolvidos na formação territorial brasileira.

Ainda no capítulo 2, após abordar os processos iniciais da formação territorial, os principais grupos formadores da população brasileira e os ciclos econômicos que impulsionaram a ocupação do território, o livro passa a tratar da reorganização promovida

pelo Estado brasileiro a partir da década de 1940. O texto destaca o papel central desempenhado pelo governo federal nesse período:

Determinadas ações do governo federal, como a extinção dos impostos interestaduais e os altos investimentos em obras de infraestrutura, possibilitaram o desenvolvimento da atividade industrial do país, facilitando a circulação de pessoas, informações e mercadorias. Todas as regiões econômicas passaram, então, a se articular em torno do centro industrial, que seria no Sudeste. (BOLIGIAN; ALVES, 2022, p.33.).

O trecho em questão enfatiza o Estado como o principal responsável pela reorganização do território brasileiro, referindo-se a para o Brasil a partir de 1940, período que seguindo o livro as políticas governamentais teriam favorecido uma integração mais consistente entre as diferentes regiões econômicas do país. Contudo, essa narrativa tende a apresentar o papel estatal de maneira aparentemente neutra, sem problematizar ou explicitar quais grupos sociais foram efetivamente beneficiados por essas políticas, nem esclarecer os critérios políticos e econômicos que determinaram a concentração de investimentos em regiões específicas. Ao fazer isso, o livro didático acaba desconsiderando as disputas políticas e sociais subjacentes ao processo de construção do território, bem como as desigualdades e conflitos resultantes desse processo.

Para aprofundar a discussão acerca da representação do Estado na organização territorial apresentada pelo livro didático, o diálogo com as formulações de Antonio Carlos Robert Moraes contribui para ampliar a compreensão do processo de formação do território, que, para o autor, não decorre simplesmente de decisões técnicas ou econômicas neutras, mas resulta diretamente de disputas de poder entre diferentes grupos sociais, nas quais os usos do solo, as infraestruturas implantadas e as ocupações espaciais expressam projetos hegemônicos consolidados por meio da atuação estatal. Segundo Moraes (2008, p. 46), sem considerar essas relações políticas e as determinações culturais que orientam tais ações, não é possível compreender em profundidade o processo concreto de valorização do espaço, conceito que, embora o livro não utilize explicitamente o termo “valorização do espaço”, a discussão sobre os investimentos em infraestrutura e o desenvolvimento industrial correspondem precisamente a esse tipo de processo descrito por Moraes: trata-se da criação de condições materiais que beneficiam certos territórios em função de decisões políticas orientadas por projetos hegemônicos específicos. No entanto, ao omitir a discussão desses aspectos, o livro didático

deixa de revelar as disputas e os interesses econômicos, sociais e políticos que influenciam diretamente a organização e integração do território nacional.

Na sequência da discussão sobre a integração territorial promovida pelo Estado a partir da década de 1940, o livro didático encerra o capítulo com uma proposta de síntese visual e narrativa, intitulada “Século XXI: marcas de nossa formação territorial”. Nessa seção, busca-se apresentar ao estudante exemplos contemporâneos que evidenciam como a ocupação atual do território brasileiro expressa permanências históricas ou resulta de transformações analisadas ao longo do capítulo. A utilização de três imagens acompanhadas por legendas explicativas pretende reforçar a ideia de que o território nacional é uma construção histórica contínua, com marcas materiais que atravessam o tempo como linearidade espaço-temporal descritiva.

Figura 5 – Paisagens que representam marcas da formação territorial brasileira no século XXI.



Na Figura 5, a imagem 1 mostra trabalhadores rurais colhendo cana-de-açúcar em Timbaúba, no interior de Pernambuco, em 2020. A cena remete à persistência da monocultura canavieira no Nordeste, uma atividade enraizada no período colonial que continua a ocupar grande extensão territorial na região. A imagem 2 mostra a fachada remanescente da antiga sede das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, em São Paulo, símbolo de uma fase do processo de industrialização do Sudeste no século XX. O prédio, mesmo desativado, representa a materialização de um modelo de desenvolvimento urbano-industrial. O conjunto de imagens apresentado na última página do capítulo, acompanhado pelo parágrafo abaixo, busca evidenciar aquilo que os autores chamam de “vasta dimensão territorial do Brasil”, destacando a coexistência de paisagens naturais e culturais. Nesse trecho, o livro retoma conceitos de paisagem que já haviam sido trabalhados no volume do 6º ano, sobretudo a distinção entre naturais e humanizadas, agora articulando essas categorias à história da ocupação do território.

Ao afirmar que as fotografias selecionadas revelam “vestígios que remetem à história da ocupação e da formação do Território Nacional”, os autores propõem uma leitura em que o presente observado seria produto direto das ações humanas ao longo do tempo, criando uma continuidade entre passado e presente, essa continuidade é expressa na imagem 1 e 3, associando a atividade econômica do passado ainda aos dias de hoje. Essas imagens, revelam um modo de pensar a geografia onde a paisagem guarda momentos do processo de produção espacial, fornecendo elementos diversos para discussão da evolução da produção espacial e o modo no qual foi produzido (CARLOS 1994, p.36). Sobretudo no caso de São Paulo, onde os vestígios da indústria Matarazzo permitem refletir sobre os diferentes tempos históricos, o modo de produção da época em contraste com o atual, elementos que se sobrepõem e coexistem na configuração do espaço urbano.

No capítulo 3, “Origens e distribuição da população brasileira”, o livro retoma a temática migratória, que já havia sido introduzida no capítulo anterior no contexto da formação do território nacional, especialmente ao tratar da substituição da mão de obra escravizada por imigrantes europeus e asiáticos no período pós-abolição. Neste novo momento, a abordagem se volta para os fluxos migratórios internos, com destaque para o êxodo rural e os deslocamentos populacionais a partir da década de 1950, articulando tais

movimentos às transformações econômicas e territoriais vivenciadas pelo país ao longo do século XX. O livro identifica, de maneira sintética, os chamados “polos de repulsão populacional”, como as regiões Nordeste e Sul, e os “polos de atração”, como o Sudeste, Centro-Oeste e Norte. No entanto, essa descrição se limita à localização espacial dos fluxos, sem aprofundar as motivações estruturais desses deslocamentos. A construção de Brasília, os garimpos na Amazônia e a expansão da fronteira agrícola a partir da década de 60 são mencionados como eventos que impulsionaram tais movimentos populacionais, mas o livro não explicita para que fins esses processos foram conduzidos, nem quem os promoveu, no caso, os governos do regime militar. Fica ausente, qualquer referência ao papel desempenhado pelo Estado na indução dessas dinâmicas, como os incentivos à mineração na Amazônia ou às políticas de ocupação e integração do Centro-Oeste e Norte.

Posteriormente, no capítulo 6, dedicado à região Nordeste, a migração entre as décadas de 1940 e 1980 é explicada como consequência de “secas fortes e do processo de perda de terras de milhares de camponeses e o empobrecimento da população” (p. 80). Enxergamos que, ao tratar dessa questão, o livro perde a potencialidade de retomar a discussão do planejamento desigual do território pelo Estado, naturalizando os fluxos migratórios como respostas à seca, o livro deixa de questionar as políticas públicas ausentes ou os interesses que possam vir a estruturar esse processo, questões como a negligência histórica do Estado, como apontadas por Guillen⁶ - “A falta de solução para o problema da seca é histórica, os problemas políticos são históricos [...] a ausência de políticas públicas e a falta de recursos do governo federal para solucionar os problemas do sertão são históricas” - (2001, p. 3) não são debatidas. Dessa forma, a parcela do espaço nordestino afetado pela seca é descrito sem mediação crítica, reforçando uma leitura que naturaliza suas condições e desconsidera os processos socioespaciais que o produziram historicamente.

No capítulo 4, dedicado à configuração atual da população brasileira, são apresentados dados demográficos gerais, como taxa de crescimento, expectativa de vida e distribuição espacial. Destacam-se o Sudeste e as áreas litorâneas como regiões mais

⁶ Isabel Cristina Martins Guillen é historiadora e professora titular da Universidade Federal de Pernambuco, com produção sobre Nordeste, migração e desigualdades regionais.

densamente povoadas, em contraste com o interior do Norte e Centro-Oeste. O livro também aborda o envelhecimento populacional, utilizando pirâmides etárias. Na página 55, afirma-se que as altas taxas de mortalidade eram explicadas pela falta de acesso a saneamento, medicamentos e vacinas: “Os sistemas de água encanada e esgoto das cidades serviam apenas para uma pequena parcela das residências. Por isso, doenças como febre amarela, varíola, tuberculose e coqueluche eram comuns.” (p. 55) No entanto, o texto não explicita quais residências tinham acesso a esses serviços, o que acaba por ocultar as desigualdades sociais que estruturam o espaço urbano. A ausência de um recorte de classe enfraquece a análise, impedindo que o leitor compreenda como essas condições atingem de forma mais severa os mais pobres.

No capítulo 5, centrado na temática econômica, o livro aborda, na página 68, as desigualdades socioeconômicas no Brasil. Utilizando-se de uma notícia com dados do IPEA, os autores afirmam que o país constitui uma “nação com profundas desigualdades sociais” e destacam que tais desigualdades estão presentes “nas cidades, nas ruas, nas paisagens, no campo, na TV e na grande imprensa constantemente” (BOLIGIAN; ALVES, 2022, p. 68). Esse trecho marca uma inflexão em relação à forma como o livro vinha tratando anteriormente a paisagem, que, especialmente na obra destinada ao 6º ano, era apresentada predominantemente como elemento natural ou como cenário modificado pela ação humana por meio da técnica. Aqui, a paisagem é compreendida também como expressão de significados sociais, revelando contrastes entre condições de vida distintas e evidenciando desigualdades. Contudo a paisagem aqui se mantém somente no nível do aparente, se distanciando por exemplo da formulação de Santos (2006) onde: “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (SANTOS, 2006, p. 66). Essa definição reforça a ideia de que a paisagem não é apenas uma aparência técnica ou natural, mas um registro visível das marcas deixadas por processos sociais ao longo do tempo. O livro, ainda que de maneira breve, sugere que a paisagem pode servir como ponto de partida para *observar* as desigualdades da sociedade brasileira, mas não avança para além do observado.

Em seguida, ainda no mesmo parágrafo da página 68, após apontar a desigualdade perceptível na paisagem, os autores perguntam aos leitores: “Mas isso ocorre por quê?”.

Apesar da provocação, o texto limita-se a apresentar números e constatações sobre a concentração de renda, comparando-a à de países africanos e asiáticos, de forma descritiva sem avançar em uma análise mais aprofundada das estruturas que produzem essas desigualdades. Retomando o que discutimos anteriormente, o livro permanece apenas no campo do *observar* as desigualdades expressas na paisagem, sem buscar *compreender* a produção e as estruturas das desigualdades. Essa distinção entre o ver e o compreender é discutida por Glória da Anunciação Alves, ao tratar do papel da observação e da reflexão na análise geográfica:

A paisagem na geografia, em sua objetividade é concreta, pode ser vista, tem forma e é resultado das relações entre os homens e a natureza. Através do olhar, da observação e sua respectiva descrição, emergem questões, expõem-se dúvidas. Pelo olhar, a memória do indivíduo recupera as ações vividas nesse lugar, o sentimento impinge novas características abstraem o lugar. A observação e descrição Os elementos dessa paisagem decodificando-a, descoisificando-a, entendendo-a para além do fenômeno. Ainda no nível do abstrato reelabora-se o que foi observado agora de forma a explicitar o real, teoricamente, com clareza. Ao cabo dessa reelaboração ou construção mental da paisagem através da reflexão é que chega-se ao espaço geográfico. (ALVES, 1992, p. 12 - 13)

A autora ressalta que o simples ato de observar a paisagem é apenas o ponto de partida de um processo que exige distanciamento, análise e reflexão. A paisagem, enquanto forma concreta resultante da ação histórica entre sociedade e natureza, não se limita à sua aparência, pois carrega marcas simbólicas e materiais das relações sociais passadas e presentes. Ao afirmar que essa observação deve ser decodificada e reelaborada teoricamente para explicitar o real, Alves (1992) aponta para a necessidade de superar uma leitura imediatista, em direção a uma apreensão que relacione as formas observadas com os processos que as produziram e com as funções que ainda exercem. É por meio desse esforço reflexivo que se torna possível transitar da paisagem percebida para uma compreensão mais abrangente, na qual as formas adquirem sentido em função das práticas sociais, econômicas e políticas que as sustentam. É nesse momento que, segundo a autora, se delineia o caminho para a noção de espaço, entendido não apenas como aquilo que se vê, mas como produção da sociedade, atravessada por múltiplas determinações e contradições. Nesse sentido, a paisagem configura-se como ponto de partida sensível da análise geográfica, mas é o espaço que revela sua complexidade enquanto totalidade em movimento. Diante disso, o livro didático, ao se restringir a uma exposição descritiva das desigualdades na paisagem, tende a sugerir uma leitura superada do

conceito, que remete a um elemento estático e esvaziado de historicidade e não como “manifestação do espaço”, como propõe Carlos (1986).

Dando sequência à abordagem sobre as desigualdades expressas na paisagem urbana, o livro didático recorre a uma imagem bastante emblemática para ilustrar visualmente essa disparidade: uma fotografia que mostra a justaposição entre uma favela e o bairro do Morumbi, na cidade de São Paulo. A legenda que acompanha a imagem reforça o contraste e afirma:

Esse quadro de desigualdade social implica acentuada exclusão social, que se revela, por exemplo, no número da população sem moradia adequada nas cidades. Atualmente, cerca de 3 milhões de domicílios brasileiros se encontram em comunidades, boa parte delas localizadas em áreas de risco, sujeitas a desmoronamentos e alagamentos. (BOLIGIAN; ALVES, 2022, p. 68).

A citação evidencia um dado quantitativo sobre a precariedade das moradias no Brasil. Ainda que a abordagem continue predominantemente descritiva, o livro reconhece, nesse momento, a existência de um recorte de classe ao indicar que são as populações mais pobres as mais afetadas pela precariedade urbana. Esse recorte abre margem para o debate em sala de aula sobre como a desigualdade socioespacial se materializa no espaço urbano, sendo resultado direto da lógica de apropriação privada da terra. Nessa lógica, a renda torna-se um requisito indispensável à ocupação do solo urbano, que passa a funcionar como mercadoria, acessível apenas àqueles que podem pagar (CARLOS, 1986); aos que não podem, restam as áreas mais vulneráveis e desassistidas, como as citadas no próprio livro didático. Ainda que se trate de um material voltado ao 7º ano do Ensino Fundamental, as desigualdades deveriam ser problematizadas, e não naturalizadas; o que acaba ocorrendo quando o texto se limita à apresentação de dados e evita questionar a propriedade privada e o modo de produção capitalista.

Por fim, a urbanização brasileira é tratada de maneira dispersa ao longo do livro do 7º Ano, sem um capítulo exclusivo voltado a esse processo. Em um primeiro momento, aparece vinculada à discussão econômica, e mais adiante, é retomada no capítulo sobre a região Sudeste através da concentração industrial:

Figura 6 – Processo de industrialização do Sudeste

Concentração industrial no Sudeste

Entre as atividades econômicas que geram grande parte do PIB do Sudeste está a atividade industrial. Atualmente, a região abriga o maior parque fabril brasileiro, com uma produção bastante diversificada, de matérias-primas processadas (aço, papel, álcool etc.) e máquinas (equipamentos industriais, tratores, caminhões etc.), além de bens de consumo (eletrodomésticos, automóveis, alimentos etc.) e equipamentos de alta tecnologia (computadores, aviões, satélites artificiais etc.).



Fonte: BOLIGIAN, Levon; ALVES, Claudio Mendonça. *Conexões & Vivências: Geografia – 8º ano*. São Paulo: Moderna, 2022. p. 129.

O texto junto a imagem da construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), datada de 1941, ilustra esse momento histórico da industrialização brasileira impulsionada por políticas estatais, especialmente durante o governo Vargas. O enquadramento da fotografia, com a presença de operários e das estruturas metálicas em formação, evoca o protagonismo da indústria pesada como eixo de transformação territorial e urbana. A escolha dessa imagem reforça visualmente a ideia de que a urbanização no Sudeste está fortemente relacionada à concentração industrial.

O conteúdo, ainda sobre a região sudeste, traz informações sobre o crescimento das cidades no século XX movidos pelo processo de industrialização, junto a esse crescimento o livro levanta problemas relacionados à urbanização, como mobilidade, violência, falta de moradia, saneamento básico e transporte público. Também são mencionados alguns impactos ambientais, como poluição, enchentes, impermeabilização do solo e canalização de rios:

Assim como em outras regiões brasileiras, o rápido crescimento das capitais e cidades de porte médio do Sudeste ocasionou uma série de problemas ligados à infraestrutura urbana, como a falta de saneamento básico e de moradia, aumento do preço dos imóveis, o colapso do sistema de transportes e a poluição de rios e córregos e do ar atmosférico. Além disso, ainda que o crescimento da atividade industrial e principalmente do comércio e dos serviços tenha ampliado os postos de trabalho, a oferta de emprego não cresceu na mesma proporção que a população urbana. Dessa forma, houve um processo de empobrecimento dos trabalhadores, o que aumentou as desigualdades sociais e a segregação do espaço urbano, sobretudo no interior das grandes cidades. (BOLIGIAN; ALVES, 2022, p. 146).

A citação do livro didático explicita alguns dos problemas decorrentes da urbanização acelerada na região Sudeste, como a precariedade habitacional, o colapso dos transportes e a poluição, reconhecendo que o crescimento das cidades não foi acompanhado pela criação proporcional de empregos. Ao afirmar que “a oferta de emprego não cresceu na mesma proporção que a população urbana”, o texto sugere que essa disparidade seria quase uma consequência natural ou uma fatalidade demográfica, evitando discutir por exemplo a necessidade da indústria por mão de obra excedente, o chamado em Marx de “exército industrial de reserva, que dentre suas funções no capitalismo pressiona e regula o salário dos trabalhadores (MARX, 2017, p. 855-862). Ana Fani Alessandri Carlos em Espaço e Indústria coloca que esse processo de industrialização muda drasticamente as dinâmicas urbanas:

O processo de industrialização, ao provocar uma profunda alteração da divisão social e espacial do trabalho, implica mudanças radicais na vida do homem. Aglomeração da população, dos meios de produção e capitais num determinado ponto do espaço, multiplica os pontos de concentração e produz uma rede urbana articulada e hierarquizada. (Carlos, 1998, p. 35)

A citação permite compreender que os problemas urbanos mencionados no livro não são consequências isoladas ou meramente funcionais, mas expressam uma lógica que produz um espaço caótico, marcado por desigualdades e contradições. Esse processo, segundo a autora, está diretamente ligado à industrialização, que pressupõe a concentração espacial de infraestruturas, mão de obra, mercado consumidor e atividades complementares. A indústria aproveita ao máximo essas vantagens do aglomerado urbano, enquanto socializa as desvantagens, como poluição, congestionamentos e precarização das condições de vida (Carlos 1998), problemas urbanos estes que são citados no livro de forma naturalizada. Fica ausente, por exemplo, uma reflexão sobre como esses problemas estão ligados à forma como o espaço urbano é produzido, ou ainda sobre quais decisões políticas e interesses econômicos constroem essa realidade urbana caótica, propicia a reprodução do capital industrial. Assim, a leitura oferecida tende a se concentrar nas consequências, sem abrir espaço para discutir as causas e contradições que envolvem a urbanização no Brasil.

3.2.3 Livro do 8º ano: território, conflitos e América Latina

O livro de Geografia do 8º ano da coleção *Conexões e Vivências* apresenta uma abordagem abrangente sobre o espaço mundial e os fluxos populacionais. Para fins desta análise, optamos por nos concentrar nas unidades temáticas que abordam migrações, desigualdades entre países, urbanização e regionalização do espaço mundial, por identificarmos maior potencial para refletir criticamente sobre a dimensão espacial desses conteúdos. Assim, deixamos de lado capítulos voltados à descrição de países específicos, como Estados Unidos e Canadá, bem como seções com predominância de dados quantitativos ou de leitura cartográfica, que não dialogam diretamente com os objetivos deste trabalho.

Logo na Unidade 1, o livro discute a distribuição da população mundial a partir de um recorte histórico, destacando como os primeiros grupos humanos se estabeleceram em regiões com melhores condições para a sobrevivência, como áreas litorâneas, planícies férteis, vales fluviais e locais com abundância de recursos naturais. O texto também menciona a adaptação humana a ambientes diversos, como savanas, florestas, montanhas e regiões polares, afirmando que tal adaptação só foi possível graças ao avanço técnico:

A adaptação dos seres humanos aos diferentes ambientes terrestres somente foi possível com o desenvolvimento de técnicas e instrumentos que propiciam, por exemplo construir habitações, confeccionar vestuários e fabricar utensílios domésticos e de trabalho, além de desenvolver formas de cultivo e de criação de animais” (BOLIGIAN; ALVES, 2022, p. 22).

A citação aponta para a técnica como mediadora da relação entre os grupos humanos e o meio, destacando sua função instrumental na superação de limitações naturais. Em seguida, o conteúdo destaca que a industrialização impulsionou a ocupação de novas áreas, anteriormente pouco habitadas, modificando paisagens que antes eram naturais e passando a configurá-las como humanizadas. A partir desse conteúdo, é possível identificar uma leitura de espaço que dialoga com a conceitualização presente na própria coleção, entendendo-o como moldado pela técnica. Ao apresentar o espaço como algo moldado pela ação humana, o livro pode acabar sugerindo, ainda que de forma implícita, uma concepção de espaço associada à geografia tradicional, na qual o espaço aparece como um suporte, um “receptáculo” previamente dado e passivamente organizado pelas sociedades.

Contudo, a técnica não opera de forma isolada. O espaço é produzido pelo trabalho humano, ainda que essa relação não seja explicitamente conceituada, essa leitura pode ser extraída do conteúdo do livro. É por meio do trabalho que o ser humano transforma o espaço e constrói a realidade em que vive, aqui considerando o trabalho como prática consciente que produz o espaço social e a própria condição humana, ao transformar tanto a natureza quanto as relações sociais (Carlos 1986). Onde há indústria, conforme exemplificado no livro, há também urbanização, vilas, circulação de pessoas e uma rede de relações que envolve o uso e a apropriação do território, evidenciando a complexidade da produção social do espaço.

Ainda na mesma unidade, ao tratar das migrações em escala global, o livro amplia a abordagem presente nos volumes do 7º ano, incluindo além das migrações forçadas, os fluxos de trabalhadores impulsionados pelos avanços tecnológicos e pelas conexões entre diferentes regiões do mundo. A partir desse conteúdo, é possível identificar uma leitura do espaço mundial que dialoga com o pensamento de Milton Santos (1999), ao considerar a articulação espacial por meio de redes, neste caso envolvendo informações, interações e a circulação de pessoas, mercadorias e ideias. A mobilidade humana, nesse contexto, aparece como um indicador relevante das dinâmicas espaciais contemporâneas, pois evidencia tanto as oportunidades quanto as desigualdades que caracterizam os diferentes territórios. Os autores apontam que “as facilidades que os migrantes têm de se deslocar” decorrem “da possibilidade de fazer viagens aéreas e marítimas” (p. 29), o que pode sugerir que tais deslocamentos ocorrem de forma homogênea e acessível. No entanto, essa formulação desconsidera as desigualdades concretas no acesso a meios de transporte seguros e eficientes, geralmente restritos a trabalhadores com maior qualificação ou melhores condições financeiras. Migrantes latino-americanos, por exemplo, muitas vezes enfrentam trajetórias precarizadas, como aquelas feitas com o auxílio de coites rumo aos Estados Unidos, ficando sujeitos a riscos e inseguranças. Ainda que o livro mencione, em um destaque abaixo, o tráfico de pessoas e as barreiras migratórias impostas por países como França e Estados Unidos, essas questões não são desenvolvidas, deixando de aprofundar as desigualdades estruturais que moldam essa circulação de maneira seletiva e excludente.

A urbanização é abordada de forma mais aprofundada na Unidade 4, quando o livro trata da América Latina. Nesse contexto, destaca-se a noção de “urbanização

excludente”(p.130), associada ao crescimento acelerado das cidades sem o devido acompanhamento por parte do poder público na oferta de moradias adequadas, infraestrutura e serviços básicos, o que gerou para os autores uma “nítida segregação socioespacial” que é apresentada como uma característica comum nos centros urbanos latino-americanos. Após essa descrição, o livro dessa vez busca explicar o “fenômeno” da desigualdade socioespacial na América Latina:

A explicação para esse fenômeno reside nas características da urbanização que aconteceu em praticamente toda a América Latina. O crescimento das atividades urbanas, sobretudo da indústria, em vários países latino-americanos, gerou postos de trabalho em menor proporção que o aumento da população nas cidades. Como consequência, um imenso contingente de trabalhadores passou a engrossar o chamado setor informal da economia, exercendo atividades sem vínculo empregatício e obtendo baixa remuneração. Esse é o caso dos guardadores de veículos, dos catadores de sucata, dos vendedores ambulantes, entre outros. (BOLIGIAN; ALVES, 2022, p. 130).

Nesse trecho, os autores retomam o que já apontamos no livro do 7º ano sobre indústria e urbanização, no qual atribuem os problemas urbanos ao excesso de contingente de trabalhadores, agora no livro do oitavo ano. A desigualdade, mais uma vez, é apresentada como consequência de um desequilíbrio entre o crescimento urbano e a geração de empregos, sem que se investigue o porquê desse processo. A informalidade, por exemplo, aparece como destino inevitável de parte da população, ignorando a forma como o próprio sistema produtivo exige dessas forças de trabalho desprotegidas para a circulação da própria mercadoria, segundo CARLOS (1998, p. 36) “A produção do espaço urbano realiza-se, concretamente, a partir do trabalho industrial que subordina e cria outras atividades não produtivas, como o comércio e serviços”. O livro tende a naturalizar os efeitos do processo urbano latino-americano, deslocando a análise das causas para os sintomas; como se a precariedade e a informalidade e o excesso de pessoas fossem apenas um resultado espontâneo da dinâmica demográfica e não expressões do capital produzindo o espaço.

Além dessa abordagem, o próprio livro aqui ignora o apresentado anteriormente no livro do 7º ano, sobre os investimentos desiguais que formam o território condicionam os fluxos migratórios internos. Não se discute, por exemplo, por que tantos trabalhadores chegaram na cidade, no caso brasileiro, foi resultado do êxodo rural, motivados dentre outros fatores segundo Francisco de Oliveira, pelo avanço da agroindústria, da superexploração dos

trabalhadores rurais, da ausência de legislação e previdência para os trabalhadores do campo, fornecendo os contingentes populacionais que formam o ‘exército de reserva’, (OLIVEIRA 2003, p. 28-31). Ao ocultar as determinações históricas, econômicas e ideológicas que orientam tais ações, retomamos novamente MORAES (2008, p. 46) que constata que não é possível entender o processo de valorização do espaço, o livro esvazia o conceito de urbanização excludente que ele mesmo apresenta, e transfere a culpa para as pessoas que migraram para as regiões já superlotadas

Na discussão sobre a urbanização na América Latina, o livro dedica uma seção ao tema da segregação socioespacial e da gentrificação nas grandes cidades momento, no qual os autores explicam como o processo de valorização imobiliária nas áreas centrais leva à expulsão da população de baixa renda para regiões periféricas e mais vulneráveis, como encostas, áreas alagadas e margens de rios. A esse deslocamento, somam-se fenômenos como a gentrificação, apresentada como um processo em que grupos com maior poder aquisitivo passam a ocupar bairros antigos e bem localizados, impulsionando a valorização da terra e pressionando a saída dos moradores originais. Esse processo é associado à ausência de políticas públicas habitacionais e de planejamento urbano, o que acaba acentuando a segregação e a desigualdade nas cidades latino-americanas. As imagens a seguir ilustram alguns dos efeitos materiais dessa lógica urbana:

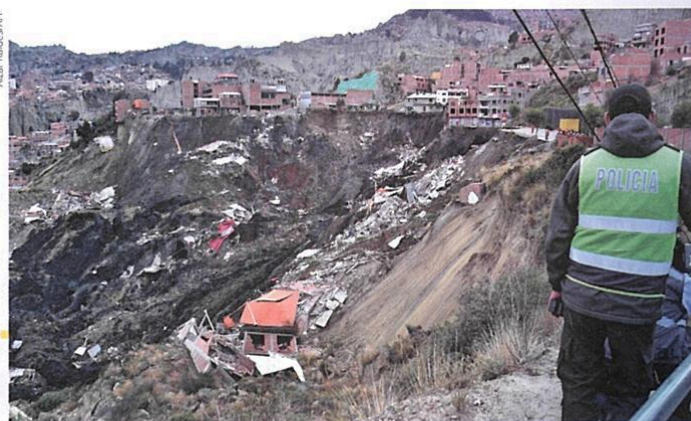
Figura 7 – Segregação urbana e gentrificação nas grandes cidades latino-americanas.

Segregação urbana e gentrificação nas grandes cidades latino-americanas

Muitas vezes, nos grandes centros urbanos da América Latina, a valorização dos terrenos e imóveis bem servidos de infraestrutura desloca a população de baixa renda para áreas com características ambientais mais vulneráveis, como alagados, margens de córregos e rios, encostas de morros e montanhas. São as chamadas **áreas de risco**, que estão sujeitas a enchentes, alagamentos e deslizamentos de terra, o que coloca em perigo a saúde e a vida de seus moradores. Ao mesmo tempo, em várias cidades latino-americanas, também tem ocorrido o fenômeno denominado **gentrificação**, que consiste na gradual valorização de bairros antigos e centrais, devido à procura de imóveis pela classe média e média alta, que buscam residências mais próximas do local de trabalho, bem como acesso a serviços e atividades culturais que não são oferecidos em bairros planejados e condomínios da periferia. Esses processos apresentam-se como um grande desafio para geógrafos, engenheiros e arquitetos na busca de um planejamento urbano que gere mais igualdade e condições ambientais seguras e saudáveis para todos.



Lixo e esgoto doméstico se acumulam sob casas em bairro de palafitas sobre a Baía do Guajará, em Belém do Pará. Fotografia de setembro de 2019.



Deslizamento de terra em encosta de morro após forte chuva em bairro carente de La Paz, Bolívia, abril de 2019.

Fonte: BOLIGIAN, Levon; ALVES, Andressa. *Conexões e Vivências: Geografia – 8º ano*. São Paulo: Editora do Brasil, 2022, p. 131.

A seleção de fotografias reforça visualmente o argumento apresentado no texto, destacando os territórios mais afetados pelos processos de exclusão urbana, mas no plano formal. Em Belém, a imagem revela a precariedade das moradias construídas sobre palafitas

em área alagada, enquanto em La Paz observa-se o impacto direto da ocupação de encostas instáveis. Ambas as fotos indicam uma distribuição desigual dos serviços e da infraestrutura urbana que força parte da população a habitar espaços marcados pelo risco ambiental e pela vulnerabilidade social. Ainda que o livro não utilize diretamente a categoria “produção do espaço”, o conteúdo nesta página abre possibilidades de reflexão sobre como decisões políticas e econômicas formam o espaço urbano de maneira desigual a depender do modo como o livro poderá ser tratado em sala de aula. Sem problematizar a propriedade privada da terra e a especulação imobiliária, o livro reduz esses problemas de precarização da vida apresentados como uma questão de planejamento urbano, “um grande desafio para geógrafos, engenheiros e arquitetos”.

A seleção de fotografias reforça visualmente o argumento apresentado no texto, destacando os territórios mais afetados pelos processos de exclusão urbana. Em Belém, a imagem evidencia a precariedade das moradias construídas sobre palafitas em área alagada, enquanto em La Paz observa-se o impacto direto da ocupação de encostas instáveis. Ambas as fotos mostram como a distribuição desigual dos serviços e da infraestrutura urbana obriga parte da população a viver em espaços marcados pelo risco ambiental e pela vulnerabilidade social. Ainda que o livro não mobilize diretamente a categoria “produção do espaço”, o conteúdo desta página abre margem para refletir sobre como decisões políticas e econômicas moldam a cidade de maneira desigual. Ao não problematizar a propriedade privada da terra ou a especulação imobiliária, o livro tende a tratar os efeitos da precarização como uma questão de planejamento urbano, apresentada como “um grande desafio para geógrafos, engenheiros e arquitetos”, um planejamento que, em última instância, serve à manutenção das condições impostas pelo modo de produção capitalista. o texto todavia não elucida os conteúdos dos processos por trás das fotos.

3.2.4 Livro do 9º ano: Consumo, técnica e crise ambiental

Neste subcapítulo, voltado à análise do volume correspondente ao 9º ano do Ensino Fundamental da coleção *Conexões e Vivências*, concentramos nossa atenção na Unidade II, intitulada “Consumo, meio ambiente e desigualdade no espaço mundial”. A Unidade I, “Espaços da globalização”, já foi analisada anteriormente, no tópico 2.1 deste trabalho, por

o ocasião da análise do conceito de espaço na coleção. Cabe mencionar que as demais unidades e capítulos do livro dedicam-se à apresentação dos continentes por meio de uma regionalização tradicional, com ênfase em aspectos físicos, naturais, dados gerais e curiosidades específicas, sem oferecer aprofundamentos conceituais que dialoguem com os objetivos desta pesquisa.

Na unidade II, capítulo 3 “Capitalismo e sociedade de consumo”, o livro discute o avanço do capitalismo e o papel do consumo na sociedade contemporânea, os autores destacam que a globalização econômica de capital está diretamente associada à expansão do consumo e ao aumento da produção de bens. Nesse processo, segundo os autores, o consumo ocupa um lugar central “estimulado por campanhas publicitárias e pelas facilidades de crédito, a fim de conquistar o maior número possível de consumidores” (BOLIGIAN; ALVES, 2022, p. 38). Os autores apontam que vivemos em uma sociedade de consumo, marcada tanto pela oferta de bens básicos quanto pela circulação de produtos voltados a desejos criados pelo mercado. Nesse sentido, Carlos (2011) analisa que, na sociedade urbana contemporânea, a mercadoria e o consumo de signos impõem-se “de fora para dentro”, “criando modelos de comportamento e valores que se pretendem universais” (CARLOS, 2011, p. 214), impulsionados pela mídia e por redes de comunicação que difundem valores padronizados atrelados à racionalidade do capital. Essa racionalidade, segundo a autora, transforma o espaço em condição para a acumulação, subordinando sua organização às exigências econômicas e políticas do sistema, ao passo que entra frequentemente em contradição com as necessidades reais da reprodução da vida social.

Ainda, essa abordagem que o livro apresenta do consumo no centro da sociedade contemporânea, permite vislumbrar relações entre consumo e produção do espaço, na medida em que a organização das cidades, a circulação de mercadorias e a segmentação socioespacial passam a ser moldadas pela lógica da mercadoria. A ideia de que o consumo se tornou uma “necessidade” reforça a compreensão de que o espaço não é produzido para atender às necessidades concretas da população, mas para garantir a reprodução do capital. Como aponta Carlos (1986, p. 135), “O espaço geográfico reproduz-se, hoje, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento da formação econômica e social capitalista.”, de modo que a cidade, sob a perspectiva do capital, materializa as condições para essa reprodução: concentra força de

trabalho (ativa e de reserva), aproxima as matérias primas da indústria, amplia os mercados consumidores e organiza a circulação e troca de mercadorias (Carlos 1994, p.76-77). Conquanto os moradores (consumidores) ainda enfrentam situações de precarização da vida, como a distância entre residência e trabalho, poluição, trânsito e os demais problemas urbanos já discutidos anteriormente na análise do livro do 8º ano, a cidade segue organizada de modo a garantir a circulação do capital, e não a qualidade de vida da população.

Ainda, na página 38, o livro faz uma análise positiva do processo de expansão do capitalismo, atrelando a expansão do capital aos avanços tecnológicos:

Assim, o consumo torna-se parte fundamental do processo de expansão do capitalismo, porque é condição determinante para o acúmulo de capital. É essa acumulação que garante os avanços tecnológicos e possibilita a fabricação de produtos mais modernos que, por sua vez, reaquecem o consumo. Diante disso, podemos afirmar que vivemos em uma sociedade de consumo, que põe à nossa disposição os mais variados produtos e serviços. (BOLIGIAN; ALVES, 2022, p. 38)

A citação revela uma perspectiva predominantemente positiva quanto à dinâmica capitalista, ao enfatizar a relação entre consumo, acumulação de capital e desenvolvimento tecnológico. Os autores constroem uma narrativa em que o avanço do capitalismo aparece como um motor de inovação, responsável pela modernização dos produtos e pela ampliação da oferta de bens e serviços. Ao destacar os “avanços tecnológicos” como consequência da acumulação, apresentando a sociedade de consumo como uma realidade neutra ou mesmo benéfica. Trata-se, portanto, de uma análise que valoriza os efeitos funcionais do sistema

Todas as demais páginas do capítulo 3 estão associando o consumo à degradação ambiental, na página 39, no texto com o título “consumo e consumismo” associam os objetos fabricados a obsolescência programada, e os afirmam:

Dessa forma, o consumismo contribui para o uso cada vez mais intenso dos recursos naturais, pois aumenta a demanda por matérias-primas necessárias à produção de novas mercadorias. Esse problema é agravado pelo uso de produtos descartáveis (garrafas e sacolas plásticas, latas de alumínio, embalagens etc.), que muitas vezes não passam por um processo apropriado de reciclagem e abarrotam os aterros sanitários. (BOLIGIAN; ALVES, 2022, p. 39)

A citação evidencia como o consumismo é apresentado no livro como um fator central na intensificação do uso dos recursos naturais e na geração de resíduos, sobretudo a partir da

lógica de produção orientada ao descarte rápido. A menção à obsolescência programada e aos produtos descartáveis, como garrafas plásticas e embalagens, introduz uma crítica ao padrão de consumo contemporâneo, ainda que restrita à esfera do impacto ambiental imediato.

No livro do 9º ano, a crise ambiental passa a ser tratada como consequência direta do atual modelo capitalista. A abordagem se aprofunda ao estabelecer conexões entre a degradação ambiental e a lógica de produção voltada à acumulação, que exige a exploração intensiva da natureza. O conteúdo menciona, como evidências desse processo, a devastação de florestas, a poluição das águas e do ar, a expansão de áreas urbanas precárias e o acúmulo de resíduos sólidos, sobretudo nas grandes cidades. Essa perspectiva é reforçada pela seguinte passagem:

A exploração desenfreada da natureza alcançou níveis sem precedentes na história e ocasionou profundas mudanças nas paisagens terrestres. No Brasil e em outros países, florestas e matas são devastadas para ceder lugar a lavouras e pastagens ou apenas para a retirada de madeira, levando grande número de ne vivos à beira da extinção; os solos de muitas regiões, como a do Sahel, na África, tornam-se improdutivos por causa do manejo inadequado; a poluição "menta a cada dia, seja nas águas continentais e oceânicas, seja na atmosfera de grandes cidades como São Paulo (Brasil), Los Angeles (Estados Unidos) e Santiago (Chile). (BOLIGIAN; ALVES, 2022, p. 40)

Essa citação explicita que a ação antrópica não é pontual e localizada, mas estruturante da forma como o território é apropriado no atual modo de produção. Ao mencionar a devastação de florestas e matas, a degradação de solos, como no exemplo do Sahel, e a intensificação da poluição nas águas e no ar de grandes centros urbanos, o texto não apenas descreve impactos ambientais, mas sugere que tais processos decorrem de uma lógica sistêmica. O impacto ambiental, nesse contexto, não decorre apenas de escolhas individuais ou comportamentais, mas de um sistema econômico que exige constante expansão sobre os recursos naturais. A crítica, assim, se desloca de uma visão moralizante do consumo para uma leitura ampla, que reconhece na dinâmica da acumulação capitalista a principal responsável pelas transformações ambientais em escala global.

Na sequência, após responsabilizar o modo de produção capitalista pelos impactos ambientais em escala global, o livro desloca a discussão para as formas de enfrentamento da crise ecológica. Nesse momento, são introduzidas três correntes do pensamento ambiental: o

ecodesenvolvimentismo, o preservacionismo e o ecocapitalismo, e propõe aos estudantes a reflexão: “Com qual corrente você se identifica? Comente com seus colegas” (p. 51). Antes da imagem, os autores indicam que, diante da busca por alternativas à crise ambiental, há divergência de opiniões inclusive entre os próprios movimentos ambientalistas, e apresentam essas três posições como exemplos das diferentes respostas construídas por especialistas sobre o tema. Como podemos observar na figura 5.

Figura 8 – Correntes do pensamento ambiental: ecodesenvolvimentismo, preservacionismo e ecocapitalismo.

UNIDADE

Preservação ambiental: Que caminho seguir?

Quando se trata de encontrar uma alternativa para a crise ambiental, as opiniões divergem. Não há consenso nem mesmo entre os movimentos ambientalistas. Conheça, a seguir, a posição que alguns grupos de especialistas assumem diante da questão ambiental.

Representação simplificada em cores-fantasia e tamanhos sem escala.



A corrente ambientalista considerada a mais radical defende o controle do crescimento populacional e a diminuição do ritmo da expansão econômica para resolver os problemas ambientais. É o chamado **preservacionismo**, que considera que as ameaças à natureza devem ser urgentemente eliminadas. As ideias **preservacionistas** inspiram ações de movimentos ambientalistas no mundo todo. Para os preservacionistas, as florestas existentes não podem ser exploradas, devendo permanecer intocadas.

O **ecodesenvolvimentismo** prega o uso “sábio da natureza”, ou seja, a administração consciente dos recursos naturais. Orienta a mudança nos padrões de comportamento da sociedade, pois acredita que a principal causa da degradação ambiental reside nas características do capitalismo atual. Assim, a exploração cada vez mais intensa dos recursos naturais deveria ser substituída por um modelo de desenvolvimento compatível com a preservação do meio ambiente, por exemplo, explorando as florestas sem comprometer sua existência.

Para a corrente do **ecocapitalismo**, o atual nível de degradação da natureza não chega a ser alarmante a ponto de colocar em risco a vida humana no planeta. Considera viável a exploração dos recursos naturais, acreditando que os problemas ambientais podem ser resolvidos com o desenvolvimento de novas tecnologias, assegurando assim a preservação da natureza. Para os ecocapitalistas, as florestas devem ser aproveitadas e substituídas por reflorestamento.

?

1. Qual das três principais correntes de pensamento sobre a preservação ambiental você considera mais coerente? Explique por quê.
2. Descubra a opinião dos colegas sobre essa polêmica questão, e, em seguida, conversem sobre o ponto de vista de cada um.

Ainda que represente uma iniciativa relevante ao estimular o debate em sala de aula, é importante observar que nenhuma das correntes sugeridas propõe, de fato, um rompimento com a lógica do capitalismo, apontado anteriormente pelo próprio material como agente central na degradação ambiental. A ausência de perspectivas que ofereçam uma crítica mais radical ao sistema capitalista, como as abordagens vinculadas ao ecossocialismo ou outros modos de produção, acaba por limitar o horizonte de reflexão dos estudantes. Nesse sentido, os autores parecem endossar, ainda que indiretamente, a famosa provocação atribuída Mark Fisher “é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo”. Ao não apresentar alternativas que desafiem essa lógica, o material restringe a possibilidade de pensar em outros modos de organização da vida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos volumes da coleção *Conexões e Vivências*, do 6º ao 9º ano, permitiu identificar limites na forma como essa coleção de livros didáticos constrói e mobiliza conceitos fundamentais para a Geografia. Esses limites se evidenciam não apenas no tratamento do conceito de espaço, foco central deste trabalho, mas também na abordagem de categorias como paisagem, lugar, urbanização, mundialização e migrações.

Ao longo da nossa pesquisa, o objetivo não foi apenas constatar a presença ou ausência desses conceitos, mas compreender como eles são desenvolvidos e articulados nos textos, nas imagens e nas atividades propostas. Para isso, recorreremos a autores que representam o campo da geografia crítica, cuja perspectiva entende o espaço como produto das relações sociais, historicamente construído e vinculado às contradições do modo de produção. Essa abordagem rompe com visões tradicionais que tratavam o espaço como cenário neutro ou como suporte físico desvinculado das práticas sociais que o produzem.

Quando conceituados na coleção, o espaço é compreendido como o resultado da intervenção humana sobre a natureza, sendo a técnica o principal vetor dessa transformação. Ao longo dos volumes analisados, o conceito de espaço não aparece de maneira sistematizada e aprofundada. Predomina uma abordagem que privilegia a dimensão visível do espaço, isto é, a paisagem, frequentemente tratada de forma descritiva e dissociada das relações sociais, econômicas e políticas que a constituem. No 6º ano, o livro introduz a noção de lugar, relacionando-o aos espaços de vivência e às práticas cotidianas, enquanto a paisagem é compreendida como composta por elementos naturais e culturais. A técnica é apresentada apenas como ferramenta de transformação do meio, sem que se problematize a mediação social que ela implica. Essa abordagem permanece restrita ao plano do visível e do imediato, sem articular o espaço às relações de poder que o constituem. Já no 7º ano, o território brasileiro é discutido a partir dos ciclos econômicos e da atuação do Estado, mas ainda sem explicitar as contradições, os interesses e as ideologias que marcam a produção do território. O texto limita-se à descrição de fatos históricos, sem conferir complexidade às ações que produziram e continuam a produzir o espaço brasileiro enquanto totalidade. A urbanização, por sua vez, é tratada de forma pontual e fragmentada, com menção a problemas como

mobilidade, violência, déficit habitacional e falta de saneamento básico, mas sem investigar suas causas estruturais ou questionar o modo de produção e a propriedade privada da terra. Ainda assim, neste volume, do 7º ano a paisagem começa a ser reconhecida também como manifestação das desigualdades sociais, o que abre possibilidades para uma primeira aproximação superficial do conteúdo espacial. No entanto, é apenas ao romper com essa impressão imediata e buscar compreender o espaço como condição, meio e produto da sociedade, que se torna possível desvendar os múltiplos níveis da realidade - das práticas cotidianas às dinâmicas econômicas, políticas e sociais, em escalas que vão do lugar à metrópole e ao mundo (CARLOS, 2011, p. 74). No 8º ano, os temas da urbanização e das migrações ganham destaque, especialmente no contexto latino-americano, e o livro reconhece a existência de processos de segregação socioespacial. Termos como urbanização excludente e gentrificação são mobilizados, mas as raízes desses processos, como a concentração fundiária, a lógica da propriedade privada e a atuação seletiva do Estado, permanecem ausentes das análises.

Considerando as discussões desenvolvidas ao longo deste trabalho, é possível afirmar que a forma como o conceito de espaço é apresentado na coleção Conexões e Vivências tende a reforçar uma compreensão limitada da realidade social. Ao se apoiar majoritariamente em descrições técnicas e na observação das formas visíveis, o material pouco problematiza as contradições que estruturam o espaço e silencia sobre os conflitos que o produzem. Com isso, transmite-se ao estudante a ideia de que o espaço é algo já dado e transformado por decisões externas, sem que ele se reconheça como parte da sociedade que efetivamente produz o espaço. Essa abordagem pode dificultar a formação de uma leitura de mundo aprofundada, e reduzir o papel do educando a um espectador das transformações que acontecem ao seu redor. Além disso, a geografia aparece como disciplina supérflua, sem potência para a compreensão da realidade.

Todavia, na direção oposta a geografia pode ser parte de um projeto de ensino comprometido com a leitura das contradições do presente deve apresentar o espaço como produto histórico e social, revelando as disputas que o atravessam e abrindo possibilidades para que os sujeitos compreendam sua própria inserção nesse processo. O ensino da Geografia, nesse sentido, pode se tornar um instrumento potente para que o aluno compreenda

o mundo como totalidade e se reconheça no processo de produção espacial enquanto sociedade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Gloria da Anunciação. **Cidade, como te ver?**. 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992. doi:10.11606/D.8.1992.tde-30012023-125923. Acesso em: 2025-06-21.

BEZERRA, G. B.; LUCA, T. R. Em busca da qualidade PNLD histórica - 1996-2004. In: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Livros didáticos de história e geografia: avaliação e pesquisa**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica Editora, 2006.

BOLIGIAN, Levon. **Conexões & Vivências: geografia, 6: ensinal ino fundamentos finais**. São Paulo, SP: Editora do Brasil, 2022. 1. ed.

BOLIGIAN, Levon. **Conexões & Vivências: geografia, 7: ensino fundamental anos finais**. São Paulo, SP: Editora do Brasil, 2022. 1. ed.

BOLIGIAN, Levon. **Conexões & Vivências: geografia, 8: ensino fundamental anos finais**. São Paulo, SP: Editora do Brasil, 2022. 1. ed.

BOLIGIAN, Levon. **Conexões & Vivências: geografia, 9: ensino fundamental anos finais**. São Paulo, SP: Editora do Brasil, 2022. 1. ed.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Editora Contexto, 1992. 1. ed

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e indústria**. São Paulo: Editora Contexto, 1988. 1. ed

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org.). **Crise urbana**. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2018. 1. ed

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Ensino de geografia: um retrato desnecessário. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **A geografia na sala de aula**. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **(Re)produção do espaço urbano: o caso de Cotia**. 1986. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987. doi:10.11606/T.8.1987.tde-16082021-195807. Acesso em: 1 ago. 2024.

FUENTE, Adriano R. de la. **Contribuições do ensino de Geografia na construção de cidadania**. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 23, n. 86, p. 189-204, abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCG238658423>. Acesso em: 2 jun. 2024.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Seca e migração no Nordeste: reflexões sobre o processo de banalização de sua dimensão histórica**. Trabalhos para Discussão, Recife, n. 111, ago. 2001. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/tpd/article/view/926/647>. Acesso em: 19 abr. 2025.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas: Espaço, Cultura e Política no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Annablume, 2005

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

OLIVA, Jaime. Ensino de geografia: um retrato desnecessário. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **A geografia na sala de aula**. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PELUSO, M. L. O processo de avaliação do livro didático de geografia, uma aposta no futuro. In: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Livros didáticos de história e geografia: avaliação e pesquisa**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica Editora, 2006.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da desigualdade 2020: tabelas**. São Paulo: Rede Nossa São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Mapa-da-Desigualdade-2020-TABELAS.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2025.

SPOSITO, M. E. B. **Livros didáticos de história e geografia: avaliação e pesquisa**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica Editora, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 24.

SANTOS, Milton. Milton Santos: **o espaço da cidadania e outras reflexões**. 2. ed. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. (Pensamento político brasileiro, v. 3).

VERDI, Elisa Favaro. **Produção geográfica e ruptura crítica: a geografia uspiana entre 1964 e 1985**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/D.8.2016.tde-08042016-123008. Acesso em: 2025-04-07.